

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 24218/23
Folha 8 de 2**Relatório de Histórico de Andamento de Atividades****PROTOCOLO**

Identificador: 0f0dcef7-877d-48ef-948c-402571d9c2f8

Protocolo: Processo Requerimento Nº 024218/2023

Data: 11/09/2023 14:42:34

Origem: FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORM. E ADM. DE CARTOES E BENF. LTDA

*** contatos indisponíveis ***

Contato: FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORM. E ADM. DE CARTOES E BENF. LTDA

*** contatos indisponíveis ***

Protocolador: MATEUS DE CASTRO

Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO

Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES[versão completa](#)

por ordem das atividades mais recentes

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 11/09/2023 14:42:45	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

EXMO Sr. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO.

Ref. Edital de Pregão Eletrônico 157/2023.

Processo Licitatório 5561/2023

A/C.: Sr. Pregoeiro

FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTÕES E BENEFÍCIOS LTDA – FRICARD, sociedade empresária inscrita no sob n. CNPJ 28.527.128/0001-27, Nire 332.1040434-2, com endereço eletrônico lilian@colonese.com.br, sediada na Av. Governador Roberto Silveira n. 3.612 – parte Conselheiro Paulino – Nova Friburgo por seu representante legal Alexandre Colonese Brasileiro, casado, portadora da Carteira de identidade n.º. 068829/0-2, expedido pelo CRC-RJ, domiciliado à Rua Visconde de Sepetiba, n.935 – sala 501 Centro - Niterói, DecVem. à V. Exa., com fulcro no Art. 58, 59 e 60 da Lei complementar 63 de 1º de agosto de 1990 e 113 § 1º, da lei 8666/93,

Vem Interpor tempestivamente a presente:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

Com fulcro no Decreto federal n. 5.450/05, que disciplinou o pregão eletrônico no âmbito da união em face da omissão da Lei 10.520/02 quanto aos respectivos prazos que em seu

Art 18 estabelece que : “ ... ate dois dias uteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica”.

Art 19 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até

três dias úteis anteriores a data fixada para a abertura da sessão pública ...

Consoante a exigência edilícia que em seu item 6.5 exige que as impugnações ao edital se de até três dias úteis, constituindo divergência ao texto da Lei haja vista que não são "pedidos de esclarecimentos", mas impugnação, entretanto embora que haja divergência legal, a presente "impugnação" é tempestiva pelo fato de estar prevista a abertura da sessão no dia 14 de setembro de 2023.

O Objeto do referido Pregão consiste na intenção da administração pela "Contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e monitoramento do serviço municipal de Transporte Coletivo do município de Nova Friburgo/RJ, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses", na forma do edital em epígrafe, que após análise da empresa impugnante, constatou-se pontos que se divorciam dos preceitos legais e dos princípios fundamentais atinentes as licitações.

A administração ao prescrever as regras do instrumento convocatório, possui margem de discricionariedade, devendo, entretanto obediência a legalidade, não gozando a Administração de liberdade para prescrever no edital, normas que não se harmonizem com a legalidade, que violem ao interesse público em buscar a melhor oferta, ou de conferir um tratamento isonômico obedecendo as diferenças e desigualdades; Isonomia no sentido de tratar os desiguais de forma desigual, sob pena de frustrar todo o certame, como preceitua o Inciso I do parágrafo 1º do Art. 3º da Lei 8666/93,

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 495, de 2010)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

Neste diapasão não podendo conter no instrumento convocatório especificações, que limitem a participação de empresas qualificadas que preencham as qualificações técnicas para o atendimento das exigências edilícias, limitações estas expostas, que não contenham justificativa e amparo no interesse e na necessidade pública.

Assim o sendo, após a leitura do edital, se evidenciou pontos de incongruências, os quais se impugna, por entender ter havido incompatibilidades extremamente lesivas, tanto a municipalidade ao limitar a busca reduzindo o caráter competitivo e por derradeiro e por consequência impedir de auferir assim, a melhor oferta. Ferindo da mesmo forma aos interesses da Empresa impugnante no que tange ao cerceamento de sua participação no certame, gerando duvidas e possíveis vícios os quais se enumera em linhas:

1 – O impugnante se insurge as exigências formuladas nos itens específicos: 7.4.6; 7.4.7 e 7.4.8, nos quais excluem a participação de empresas, como se assevera a seguir:

7.4 - Não poderá participar da presente licitação as empresas que:

7.4.6 - Participem de sociedades empresárias operadoras do sistema de bilhetagem eletrônica e monitoramento de frota pertencentes a um grupo econômico, de fato ou de direito, assim entendidas aquelas que possuam, no todo ou em parte, identidade de sócios, dirigentes ou membros de conselho, bem como de empresas das quais estas ou seus sócios tenham participação societária ou sejam controladores que operem o sistema de transporte público;

7.4.7 - De confederações, federações, sindicatos ou entidades e associações representativas de qualquer espécie que congreguem membros referidos no item 7.4.6;

7.4.8 - De novas empresas constituídas ou novos arranjos societários de qualquer espécie cujos sócios ou integrantes sob qualquer título se enquadrem no item 7.4.6;

A presente exigência, fere vertiginosamente o caráter competitivo do certame, desta feita afronta o Art. 3º em seu paragrafo 1º da Lei 8666/93,

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da

igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

As referidas limitações, excluem todas as empresas que detenham sócios, que venham a ter relações societárias com o segmento de transporte, em qualquer lugar do Brasil.

Como se o fato de haver constituição de sociedade empresária no segmento de transporte fosse impossibilidade de se ter empresa de bilhetagem.

Atinge todas as empresas mesmo que não tenha qualquer relação com o transporte no município origem do certame, tornando a limitação em âmbito nacional, já que os cadastros utilizados de consulta para compelir o impedimento são de âmbitos nacionais como expresso na clausula 7.5.

A presente exigência, requerida do certame, extrapola a discricionariedade da administração, bem como viola o que a Lei de Licitações (Lei n. 8.666/93).

A Corte de Contas em vários acórdãos já se manifestou sobre essas limitações de editais:

É vedado aos agentes públicos incluir nos atos de convocação condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções impertinentes em relação aos interessados. Acórdão 2579/2009 Plenário (Sumário)

Evite a inclusão de itens que restringem injustificadamente o caráter competitivo do certame e contrariam, dessa forma, o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993. Acórdão 2477/2009 Plenário

São ilegais e atentatórias ao interesse público as exigências editalícias que restrinjam a ampla participação de interessados e constituam vantagens absolutamente incompatíveis com o bom-senso, a finalidade da norma e o objeto do serviço, exemplo de estipulação de fornecimento de salas-vip, em aeroportos, para funcionários de empresa pública que realizem viagens a serviço, quando o objeto da contratação destina-se apenas a apoiar o deslocamento desses servidores com o fornecimento de passagens aéreas, reserva de hotéis e outros serviços correlatos Acórdão 6198/2009 Primeira Câmara (Sumário)

O Edital ainda determina a exclusão de empresas que sejam administradas por federações, confederações e sindicatos, a presente clausula, assim como outras, prescrevem a base de onde o

referido edital foi "utilizada", ou seja o edital de n. 001/2022 da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Onde tal exclusão, se fez, por decorrência de tema completamente diverso, e os motivos pelos quais não se desejavam a participação, o que por sinal sofreu liminar impeditiva quanto a referida cláusula, a par do tema, não se fazem presentes no município de Nova Friburgo, tais razões, faltando cuidado e zelo, de se entender as devidas alegações que lá se deram, pela municipalidade do Rio, para que não se fizesse um comparativo dispare no presente edital culminando numa exclusão desarrazoada.

O que até causa estranheza, haja vista, que como afirmado a construção do termo de referência e de todos os atos, foram praticados, sob consultoria de empresa especializada e contratada para este fim, não coadunando assim comportar um edital que não fosse específico para o certame local e que viesse a vir contaminado de um vício alheio.

Salientamos que a ilegalidade identificada e entabulada na peça vestibular é significativa e interferem na decisão de participação de eventuais licitantes interessados em concorrerem no certame.

As limitações extrapolaram ainda ao impedirem e discriminarem o caráter de associativismo, que é direito constitucional como preceitua a Constituição Federal da República de 1988, nos seu artigo 5º, incisos XVII, XVIII, XIX, XX e XXI, ao afirmar que: "É livre a associação desde que objetivada a fins lícitos, sendo importante destacar que ninguém poderá ser obrigado a associar-se ou a permanecer associado", qualquer cidadão está garantido neste direito, JAMAIS pode ser este, um empecilho jurídico de atuação profissional, ou motivo de limitação e acesso a disputa contratual, como expresso no edital.

Antecipando-se a uma suposta tese de controle, e de um suposto conflito de interesse, como sustentado no certame comparado, isso não ocorre no âmbito do município de Nova Friburgo, pois se quer se tem ainda definido o edital de contratação para a prestação do serviço de transporte, quiçá se poder falar sobre **as possíveis relações das empresas de bilhetagem e a futura concessionária.**

Ademais como se assevera no edital, o poder público exige que todo o sistema seja controlado e monitorado por agentes públicos, com inclusão de salas de controles e equipamentos para tal

acompanhamento, não havendo razoabilidade em restringir a participação sob pretensa desculpa de que haja conflito de interesses.

Configura-se uma situação de conflito de interesses a saber na lição de Marçal Justen Filho,

" nas hipóteses em que o interesse pessoal e concreto do titular da função encontra-se em contraposição ao interesse geral e abstrato a que se orienta da existência da própria função. Isso significa o surgimento de um dilema, em que o titular da função se encontra diante da opção entre realizar o próprio interesse (e violar os limites da função) ou promover o fim a que se norteia a função (e gerar um prejuízo para a sua própria órbita)"

Excluir as empresas na forma do presente edital, por razões fúteis e sem motivação pública, denota afirmar, que o serviço de bilhetagem eletrônica executada por empresas que tenham qualquer relação com empresa de transportes como constantes no edital, apresenta sob a ótica dos responsáveis, uma avaliação pejorativa e discriminatória, pois induz a compreensão de que os serviços prestados por estas empresas, possa vir a ser executado de forma ilícita ou fraudulenta, passível inclusive de interpelação judicial sobre tal ato discriminatório, tendo em vista que ao administrador público não compete fazer discriminações pessoais a qualquer tipo de sociedade empresaria que detenha suas certidões e qualificações específicas a execução dos contratos públicos, o bem é público e não próprio.

Desconsidera ainda, que **cabe ao Município a responsabilidade pela implementação e gerenciamento e total controle** utilizando-se do sistema de bilhetagem eletrônica, ou seja, a administração não confia se quer nos seus próprios agentes façam com presteza, eficiência e eficácia os controles exigidos no edital para ela detenha o conhecimento das informações financeiras decorrentes.

Não carece ainda de se impugnar o presente certame pela inconsistência dos valores expressos no preambulo, que assim está redigido quanto aos valores estimados para o pregão:

O valor estimado para Pregão Eletrônico é de **R\$ 15.083.125,60 (quinze milhões, oitenta e três mil, cento e vinte cinco reais e sessenta centavos).**

1.1 - O encaminhamento das propostas deverá ser efetuado até a data e horário fixado para abertura da Sessão.

Abertura da Sessão de Lances: 14/09/2023 às 10h00min

Em contrassenso ao exposto no item 12.7.1 do mesmo edital o qual apresenta valor diverso do exposto no preambulo

12.7.1 - O valor global do contrato para o lote único é **estimado em R\$ 14.963.502,72 (catorze milhões novecentos e sessenta e três quinhentos mil e dois reais setenta e dois centavos).**

Por tudo exposto, é que se requer a devida correção do edital, nos itens expostos acima, para permitir a participação de todas as empresas, excluindo-se as limitações impostas ao arremio da norma, cabendo caso entenda não ser do interesse da municipalidade que a mesma empresa ou grupo econômico opere a bilhetagem e detenha a concessão do transporte, por motivos mesmo não justificáveis, tal exigência não pode vir a ser efetuada no presente edital, que antecede a licitação para a seleção da operação do transporte público, que não se tem previsão s.m.j dos participantes do futuro ato licitatório.

Caso a Administração não reconheça as ilegalidades apresentadas, prosseguiremos com a busca da Tutela Judicial Estatal e nas mais altas cortes de Contas incumbidas de fiscalizar e julgar os processos e as contas dos Municípios e suas autoridades.

Ante a tudo exposto;

Solicita a devida correção do instrumento licitatório nos pontos ressaltados, e por via de consequência em obediência ao parágrafo 4º do Art. 21 da lei 8666/93, seja novamente publicado, reabrindo-se os prazos para abertura das propostas, por efeito de legalidade e isonomia das propostas a serem julgadas.

Nestes termos,

Pede Deferimento;


Alexandre Colonese



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

FERTEK TECBOLOGIA E TELEMETRIA EIRELI-ME CNPJ 20.272.049/0001-00, atestamos para os devidos fins que a empresa NOVA INSETVIP IMUNIZAÇÕES LTDA ME, portadora do CNPJ: 35.579.993.0001-82, situada na Rua Padre Manoel da Nóbrega N 451 – Quintino Bocaiúvas- Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.381-0009, é nossa fornecedora do serviço de limpeza de reservatório de água potável, da nossa empresa no período de junho de 2015 ao julho de 2021. Não havendo nenhum que superveniente que desabone sua conduta técnica sobre o serviço, prestando o mesmo dentro dos padrões de qualidade.

A referida empresa cumpriu sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto contratado, nada tendo que a desabone.

01	DESCRIÇÃO	38 CAIXA DE 500 L (CASAS) 03 CAIXAS DE 1.000 L (LAVANDERIA) 03 CAIXAS DE 1.000 L (REFEITORIO) 01 CISTERN ADE 117.000 LITROS
----	-----------	---

Rio de Janeiro, 20 de Julho de 2021.

Aristides Almeida Monteiro da Silva
CARGO Diretor
CPF: 113.932.257-56



Secretaria Municipal de Saúde.

Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária - IVISA-Rio

prefeitura.rio/vigilanciasanitaria



LICENCIAMENTO SANITÁRIO		
Nº 09/97/142923/2023		
LICENÇA SANITÁRIA DE FUNCIONAMENTO		
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA		
Inscrição Municipal: 11720005	CNPJ: 33.518.624/0001-54	
Razão Social: TECHNAV SOLUCOES EM EQUIPAMENTO E COMERCIO ATACADISTAE VAREJISTA LTDA		
Endereço: AVN CESARIO DE MELO, 0 LOT 26 PAL 015400 QDR 1 - SENADOR VASCONCELOS, CEP: 23595-210, Rio de Janeiro - RJ		
Atividades 322016 - MAQUINAS APARELHOS E EQUIPAMENTOS-COM ATAC 324116 - MAQ E SUPRIMENTOS P/PROCESS DE DADOS-COM ATAC 324132 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS ELETRONICOS-COM ATAC 326011 - EQUIPAMENTOS E APARELHOS DE COMUNICACAO-COM ATAC 336033 - ARTIGOS DE PELE-COM ATAC 336041 - ARTIGOS DE COURO-COM ATAC 347051 - CALCADOS-COM ATAC 352098 - INSTRUMENTO E MATERIAL ODONTOLOGICO-COM ATAC Expedir produtos para a saúde 352110 - INSTRUMENTO E MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR -COM ATAC Expedir produtos para a saúde 357014 - MATERIAL DE ESCRITORIO-COM ATAC 357022 - MATERIAL ESCOLAR-COM ATAC 411094 - MATERIAL DE REVESTIMENTO-COM VAR 418072 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS ELETRONICOS-COM VAR 418102 - MATERIAL ELETRONICO-COM VAR 418137 - MATERIAL ELETRICO-COM VAR 422088 - ARTIGOS DE TAPECARIA CORTINAS OLEADOS-COM VAR 437069 - MATERIAL CIRURGICO-COM VAR		
Complexidade: Mínima	Risco: Baixo	M²: 100 a 200 m²
Concessão: 25/07/2023	Vigência: 30/04/2024	Situação: Ativa
CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO		

A empresa declara atender aos requisitos mínimos exigidos pela legislação sanitária vigente para o exercício das atividades pretendidas.

Protocolo eletrônico nº 09/97/142923/2023

Esta Licença foi concedida de acordo com o art. 6º, inciso I, do Decreto Rio nº 45.585, de 27 de dezembro de 2018, e terá validade até o dia 30 de abril do exercício seguinte, devendo ser revalidada até o último dia útil do mesmo mês, na forma prevista no art. 8º do referido ato normativo

Emitido no dia 07/08/2023 às 18:02 (data e hora de Brasília).

Este documento pode ser validado através do site
<http://sisvisa.rio.rj.gov.br/ValidacaoDocumento> ou através do QRCode





33.2.1040434-2

Sociedade empresária limitada

Normal

TERMO DE AUTENTICACÃO

FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTOES E BENEFICIOS LTDA

Eventos

002

[illegible]

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR TALES PORPHIRIO DOS SANTOS GONZAGA SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 16/02/2023 e arquivado em 16/02/2023

SECRETÁRIO GERAL

Nº de Páginas	Capa Nº Páginas
---------------	-----------------

26

1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

EMPRESA: FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMACAO E ADMINISTRADORA DE CARTOES E BENEFICIOS LTDA.

NIRE: 332.1040434-2 Protocolo: 00-2023/138572-2 Data do protocolo: 15/02/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/02/2023 SOB O NÚMERO 00005322068 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 0687CE3077D977703466B65AD8609DFA0BBC96AC5BE04464031B9E37E51DA757

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 01/26



NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1040434-2

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2023/138572-2

JUCERJA

Último arquivamento:

33210404342 - 28/08/2017

NIRE: 33.2.1040434-2

FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTOES E BENEFICIOS LTDA

Boleto(s): 104299415

Hash: 41E2F20D-EAD7-48C2-84BD-E50977B4A246

Processo Nº: 24.212.1043

Rubrica: 1043

Orgão	Calculado	Pago
Junta	488,00	488,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTOES E BENEFICIOS LTDA

Código
do Ato

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

Requerente

Rio de Janeiro

Local

15/02/2023

Data

Nome:	Lilian Colonese
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	2126211566
E-mail:	lilian@colonese.com.br
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	15/02/2023
Data da 1ª entrada:	



00-2023/138572-2

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTOES E BENEFICIOS LTDA

NIRE: 332.1040434-2 Protocolo: 00-2023/138572-2 Data do protocolo: 15/02/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/02/2023 SOB O NÚMERO 00005322068 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 0687CE3077D977703466B65AD8609DFA0BB96AC5BE04464031B9E37E51DA757

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 02/26

1ª Alteração Contratual

CNPJ 28.527.128/0001-27

**FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE
CARTÕES E BENEFÍCIOS LTDA**

CNPJ 28.527.128/0001-27

NIRE 332.1040434-2

1ª Alteração Contratual

DAKOTA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 05.672.380/0001-24, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.2.1137802-7, com sede na Rua Visconde de Sepetiba nº 935 - sala 501 parte, Centro, Niterói, RJ, CEP 24020-206, neste ato, representada por sua sócia-administradora, **LILIAN MARIA FERREIRA COLONESE**, brasileira, casada pelo regime da comunhão parcial de bens, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 38.687 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF/MF") nº 514.810.737/53, residente e domiciliada na Avenida Jornalista Alberto Francisco Torres nº 469 apt. 1601 Icaraí - Niterói- CEP 24230-008, ("**DAKOTA**");

G.F. NEVES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 25.270.796/0001-23, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), sob o NIRE 33.2.10187741, por despacho de 05/07/2016, com sede na Avenida Pastor Martin Luther King JR, nº 3700 parte, Inhaúma, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20766-730, neste ato representada por seus sócios

Página 1 de 20

D4Sign 31f571f8-6927-40be-879a-70e7e63dbb0b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/201, Art. 10º, §2.

1ª Alteração Contratual

CNPJ 28.527.128/0001-27

administradores, **CASSIANO MARTINS DAS NEVES**, brasileiro, casado pelo regime da separação total de bens convencional, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 067310227 expedida pelo Instituto de Identificação Félix Pacheco, Estado do Rio de Janeiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF/MF") sob o nº 826.304.887-72, residente e domiciliado na Rua Maisa, nº 185, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22793-285 e **GENEROSO MARTINS DAS NEVES**, brasileiro, casado no regime da comunhão parcial de bens, médico, residente e domiciliado na Avenida Prefeito Mendes de Moraes nº 1500 bloco 1 apt. 1401 - São Conrado - Rio de Janeiro CEP 22610.095, portador da Carteira de Identidade nº 2.430.933 expedida pelo Instituto de Identificação Félix Pacheco, Estado do Rio de Janeiro e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF/MF") nº 346.446.107-63, ("**G.F. NEVES**");

GP ALENCAR CONSULTORIA EMPRESARIAL E INVESTIMENTOS LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF"), sob o nº 05.128.524/0001-86, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), sob o NIRE 33.2.0695538-1, por despacho de 27/03/2012, com sede na Rua João Lira, nº 23/502, Leblon, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22430-210, neste ato representada por seu diretor **ALOISIO RIBEIRO ALENCAR ROSA**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 03.510.463-7 expedida pelo Instituto de Identificação Félix Pacheco, Estado do Rio de Janeiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF/MF") sob o nº 369.935.147-53,

Página 2 de 20

D4Sign 31f571f8-6927-40be-879a-70e7e63dbb0b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

1ª Alteração Contratual

CNPJ 28.527.128/0001-27

residente e domiciliado na Rua João Lira, nº 23, apartamento 502, Leblon, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22430-210, ("GP ALENCAR");

MPJF ADMINISTRAÇÃO DE BENS, PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 23.229.679/0001-90, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), sob o NIRE 33.2.1004146-1, por despacho de 08/09/2015, com sede na Rua República Árabe da Síria, nº 363, sala 205, Portuguesa, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21931-370, neste ato representada por seu sócio administrador **FABIANO GUSTAVO ROCHA PEREIRA DO OUTEIRO**, brasileiro, casado pelo regime da separação total de bens convencional, administrador, portador da Carteira de Identidade nº 20-86016 CRA-RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF/MF") sob o nº 106.762.597-66, residente e domiciliado na Rua Primeiros Sonhos, nº 180, apartamento 201, Jardim Guanabara, Ilha do Governador, RJ, CEP 21941-240, ("MPJF ADMINISTRAÇÃO");

Únicos sócios quotistas da sociedade empresária limitada **FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTÕES E BENEFÍCIOS LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") nº 28.527.128/0001-27, com seu ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), NIRE 332.1040434-2, com sua sede social na Av. Governador Roberto Silveira, nº 3612 (parte), Conselheiro Paulino, Nova Friburgo, RJ, CEP 28635-000, resolvem de comum acordo, alterar o seu Contrato Social, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Página 3 de 20

D4Sign 31f571f8-6927-40be-879a-70e7e63dbb0b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTÕES E BENEFÍCIOS LTDA

NIRE: 332.1040434-2 Protocolo: 00-2023/138572-2 Data do protocolo: 15/02/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/02/2023 SOB O NÚMERO 00005322068 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 0687CE3077D977703466B65AD8609DFA0BBC96AC5BE04464031B9E37E51DA757

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 05/26

1ª Alteração Contratual

CNPJ 28.527.128/0001-27

1- Alteração Parágrafo Terceiro - Cláusula 4ª

Os sócios, resolvem alterar o parágrafo terceiro da cláusula 4ª, admitindo a entrada de um novo Diretor na sociedade, **Sr. Alexandre Colonese**, brasileiro, casado no regime da comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade nº 068829/0-2 expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Janeiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF/MF") nº 515.103.407.34, residente e domiciliado na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Visconde de Sepetiba, nº 935 - sala 501, Centro, Niterói, RJ, CEP 24020-206, em substituição ao Diretor, Vinicius Ferreira Colonese.

Em razão da alteração o parágrafo terceiro da Cláusula passará a ter a seguinte redação:

Parágrafo Terceiro : São designados Diretores : **ALEXANDRE COLONESE**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade nº 068829/0-2 expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Janeiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF/MF") nº 515.103.407.34, residente e domiciliado na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Visconde de Sepetiba, nº 935 - sala 501, Centro, Niterói, RJ, CEP 24020-206; **ALOISIO RIBEIRO ALENCAR ROSA**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 03.510.463-7 expedida pelo Instituto de Identificação Félix Pacheco, Estado do Rio de Janeiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF/MF") sob o nº

Página 4 de 20

D4Sign 31f571f8-6927-40be-879a-70e7e63dbb0b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

1ª Alteração Contratual
CNPJ 28.527.128/0001-27

369.935.147-53, residente e domiciliado na Rua João Lira, nº 23, apartamento 502, Leblon, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22430-210; **CASSIANO MARTINS DAS NEVES**, brasileiro, casado pelo regime da separação total de bens convencional, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 067310227 expedida pelo Instituto de Identificação Félix Pacheco, Estado do Rio de Janeiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF/MF") sob o nº 826.304.887-72, residente e domiciliado na Rua Maisa, nº 185, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22793-285; **FABIANO GUSTAVO ROCHA PEREIRA DO OUTEIRO**, brasileiro, casado pelo regime da separação total de bens convencional, administrador, portador da Carteira de Identidade nº 20-86016 CRA-RJ, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas ("CPF/MF") sob o nº 106.762.597-66, residente e domiciliado na Rua Primeiros Sonhos, nº 180, apartamento 201, Jardim Guanabara, Ilha do Governador, RJ, CEP 21941-240.

2- Alteração Parágrafo Décimo Primeiro - Cláusula 4ª

Os sócios resolvem alterar o parágrafo décimo primeiro da cláusula 4ª, que passará a ter a seguinte redação:

Parágrafo Décimo Primeiro: A Sociedade reger-se-á pelas normas do presente contrato e pelas disposições contidas nos Artigos 1052 a 1087 da Lei Nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 - Novo Código Civil Brasileiro, sendo certo que nos casos omissos aplicar-se-á as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei Nº 6404, de 15 de dezembro de 1976), dispensada, no entanto, a publicação de editais, balanços e demais documentos previstos na referida lei.

Página 5 de 20

D4Sign 31f571f8-6927-40be-879a-70e7e63dbb0b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

1ª Alteração Contratual
CNPJ 28.527.128/0001-27

Em razão das alterações ocorridas nos parágrafos terceiro e décimo primeiro, a Cláusula 4ª passará a ter a seguinte redação.

Cláusula 4ª - A sociedade será administrada por 04 (quatro) diretores, os quais terão as atribuições que a Lei e o presente contrato lhes conferem e de acordo com os artigos 1.060 a 1.065 da Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, estando os mesmos isentos de caução.

Parágrafo Primeiro: Cada um dos diretores fica investido dos poderes gerais de administração, podendo representar a sociedade em juízo ou fora dele, praticar os atos administrativos necessários aos fins da sociedade.

Parágrafo Segundo: A sociedade, representada pelo DIRETOR, poderá constituir procuradores, para todo e qualquer fim, especificando no mandato os poderes e o prazo de vigência, que não poderá exceder de 12 meses, exceto a hipótese da procuração "ad judícia", cujo prazo será indeterminado.

Parágrafo Terceiro : São designados Diretores : **ALEXANDRE COLONESE**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade nº 068829/0-2 expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Janeiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF/MF") nº 515.103.407.34, residente e domiciliado na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Visconde de Sepetiba, nº 935 - sala 501, Centro, Niterói, RJ, CEP 24020-206; **ALOISIO RIBEIRO ALENCAR ROSA**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira

Página 6 de 20

D4Sign 31f571f8-6927-40be-879a-70e7e63dbb0b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

1ª Alteração Contratual

CNPJ 28.527.128/0001-27

de Identidade nº 03.510.463-7 expedida pelo Instituto de Identificação Félix Pacheco, Estado do Rio de Janeiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF/MF") sob o nº 369.935.147-53, residente e domiciliado na Rua João Lira, nº 23, apartamento 502, Leblon, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22430-210; **CASSIANO MARTINS DAS NEVES**, brasileiro, casado pelo regime da separação total de bens convencional, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 067310227 expedida pelo Instituto de Identificação Félix Pacheco, Estado do Rio de Janeiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF/MF") sob o nº 826.304.887-72, residente e domiciliado na Rua Maisa, nº 185, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22793-285; **FABIANO GUSTAVO ROCHA PEREIRA DO OUTEIRO**, brasileiro, casado pelo regime da separação total de bens convencional, administrador, portador da Carteira de Identidade nº 20-86016 CRA-RJ, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas ("CPF/MF") sob o nº 106.762.597-66, residente e domiciliado na Rua Primeiros Sonhos, nº 180, apartamento 201, Jardim Guanabara, Ilha do Governador, RJ, CEP 21941-240.

Parágrafo Quarto: A emissão de cheques, de títulos de crédito, de quaisquer documentos da administração rotineira da sociedade, será sempre assinada por dois Diretores em conjunto.

Parágrafo Quinto: Para a alienação de bens móveis, imóveis, aquisição, permuta, locação de bens móveis e imóveis, participação em outras sociedades como quotista, assinatura de contrato de parceria, convênios, será necessária a assinatura dos quatro Diretores designados em conjunto.

Página 7 de 20

D4Sign 31f571f8-6927-40be-879a-70e7e63dbb0b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTOES E BENEFÍCIOS LTDA

NIRE: 332.1040434-2 Protocolo: 00-2023/138572-2 Data do protocolo: 15/02/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/02/2023 SOB O NÚMERO 00005322068 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 0687CE3077D977703466B65AD8609DFA0B9C96AC5BE04464031B9E37E51DA757

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 09/26

1ª Alteração Contratual
CNPJ 28.527.128/0001-27

Parágrafo Sexto: É vedado aos diretores assumirem, em nome da sociedade, compromisso de garantia, tais como: fianças, avais e obrigações similares.

Parágrafo Sétimo: A Diretoria poderá ter a sua composição modificada ou substituída, por deliberação da Assembléia de Quotistas.

Parágrafo Oitavo: É vedado aos administradores, o uso da denominação social em atividades estranhas ao interesse social, avais, endossos, fianças ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização dos outros sócios.

Parágrafo Nono: As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, devendo os sócios serem notificados pelos administradores com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo Décimo: A reunião e/ou assembléia tornam-se dispensáveis, quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

Parágrafo Décimo Primeiro: A Sociedade reger-se-á pelas normas do presente contrato e pelas disposições contidas nos Artigos 1052 a 1087 da Lei Nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 - Novo Código Civil Brasileiro, sendo certo que nos casos omissos aplicar-se-á as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei Nº 6404, de 15 de dezembro de 1976), dispensada, no entanto, a publicação de editais, balanços e demais documentos previstos na referida lei.

Página 8 de 20

D4Sign 31f571f8-6927-40be-879a-70e7e63dbb0b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTOES E BENEFICIOS LTDA

NIRE: 332.1040434-2 Protocolo: 00-2023/138572-2 Data do protocolo: 15/02/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/02/2023 SOB O NÚMERO 00005322068 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 0687CE3077D977703466B65AD8609DFA0BBC96AC5BE04464031B9E37E51DA757

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 10/26

1ª Alteração Contratual
CNPJ 28.527.128/0001-27

Parágrafo Décimo Segundo - Para representação junto a Autoridade Certificadora e Autoridade de Registro, para emissão de Certificado Digital em nome da sociedade, basta a assinatura do representante do CNPJ e na sua ausência de qualquer um dos Diretores designados na presente Cláusula.

3- Inclusão Cláusula 10ª

Os sócios, resolvem incluir a Cláusula 10ª no Contrato Social da Sociedade, a fim de acompanhar a atualização da legislação nacional, relativamente a prática de atos e obrigações societárias, adotando os meios digitais e eletrônicos disponíveis e autorizados em lei para seu cumprimento, com a seguinte redação:

Cláusula 10ª

A sociedade utilizará para cumprimento dos atos e obrigações societárias, publicação de atos, registro de livros, registro de documentos, Convocação para Reunião de Sócios e/ou Assembleia, realização de Reunião de Sócios e/ou Assembleia ou o cumprimento de qualquer obrigação societária existente ou que futuramente seja criada pela legislação nacional, todos os meios digitais e eletrônicos disponíveis e autorizados em lei no momento da realização do ato e/ou cumprimento da obrigação.

Parágrafo Primeiro: Havendo divergência de normas do presente Contrato Social referente a forma a ser adotada no cumprimento e realização do ato e/ou obrigação, prevalece o estabelecido na presente Cláusula 10ª.

Parágrafo Segundo: Os Atos de Convocação de Reunião de Sócios e/ou Assembleia ou outras comunicações da sociedade,

Página 9 de 20

D4Sign 31f571f8-6927-40be-879a-70e7e63dbb0b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTOES E BENEFÍCIOS LTDA

NIRE: 332.1040434-2 Protocolo: 00-2023/138572-2 Data do protocolo: 15/02/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/02/2023 SOB O NÚMERO 00005322068 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 0687CE3077D977703466B65AD8609DFA0BBC96AC5BE04464031B9E37E51DA757

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 11/26

1ª Alteração Contratual

CNPJ 28.527.128/0001-27

poderão ocorrer também através de e-mail no endereço eletrônico individual de cada representante legal da sociedade pessoa jurídica, sócia, com confirmação de recebimento e também outras formas de comunicação digital e eletrônica autorizadas em lei, sempre com a confirmação de recebimento.

Parágrafo Terceiro: É de responsabilidade de cada sócia pessoa jurídica, na pessoa de seu representante legal e de cada diretor individualmente, informar a sociedade e as demais sócias e diretores, qualquer alteração no seu endereço eletrônico, residencial e de domicílio, celular.

4- Alteração Contratual

Em razão das alterações ocorridas de comum acordo entre os sócios e ora aprovadas, os sócios aprovam a consolidação do Contrato Social da Sociedade, refletindo as alterações acima mencionadas, passando assim o Contrato Social da Sociedade a vigorar com a seguinte redação:

**FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE
CARTÕES E BENEFÍCIOS LTDA**

CNPJ 28.527.128/0001-27

NIRE 332.1040434-2

CONTRATO SOCIAL

**Cláusula 1ª - A sociedade gira sob a denominação social de
FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE
CARTÕES E BENEFÍCIOS LTDA, nome fantasia, e tem sua sede
social na Av. Governador Roberto Silveira, nº 3.612**

Página 10 de 20

D4Sign 31f571f8-6927-40be-879a-70e7e63dbb0b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

1ª Alteração Contratual
CNPJ 28.527.128/0001-27

(parte), Conselheiro Paulino, Nova Friburgo, Rio de Janeiro, CEP 28635-000, sendo sua duração por prazo indeterminado.

Parágrafo único: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios, em qualquer parte do território nacional.

Cláusula 2ª - A sociedade tem como objetivo social :

- o desenvolvimento e operação de sistemas de tecnologia da informação, podendo, para tanto, desenvolver e/ou adquirir software, adquirir ou alugar equipamentos de informática (computadores e periféricos) para todas as necessidades de gestão das informações e processamento de dados do Sistema de Bilhetagem Eletrônica do Setor de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Nova Friburgo - RJ, podendo, também, prestar serviços de desenvolvimento e gestão de informações ou processamento de dados que venham a se utilizar comercialmente dos componentes do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, e outros serviços de informática decorrentes de suas atividades operacionais;
- gestão de serviços, desenvolvimento de produtos, comunicação, atendimento a clientes, administração de canais, emissão, produção, personalização, distribuição e comercialização de cartões pré-pagos, pós-pagos, seguros e benefícios, incluindo serviços para os setores de transporte (VT, Bilhetes Únicos,

Página 11 de 20

D4Sign 31f571f8-6927-40be-879a-70e7e63dbb0b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTOES E BENEFICIOS LTDA
NIRE: 332.1040434-2 Protocolo: 00-2023/138572-2 Data do protocolo: 15/02/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/02/2023 SOB O NÚMERO 00005322068 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 0687CE3077D97703466B65AD8609DFA0BBBC96AC5BE04464031B9E37E51DA757

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



1ª Alteração Contratual
CNPJ 28.527.128/0001-27

Moedeiros e Gratuidades) de varejo, (captura e processamento de transações de débito e micro-crédito), de saúde, securitário, eventos, esportes ou outros que tenha oportunidade para desenvolvimento de soluções que gerem o aumento de cartões de múltiplo uso, em qualquer região do Brasil ou exterior, podendo também vir a atender as futuras demandas do vale social a ser implementado pelo governo ou outros. Para tal, deverá estruturar-se para atender as demandas acima podendo vir a adquirir, contratar ou alugar software, equipamentos de informática (computadores e periféricos), serviços de mão-de-obra (próprio e terceirizado), fornecedores de rede de captura, desenvolver parcerias para oferta conjunta de serviços, desenvolver parceria com instituições financeiras e outros serviços de desenvolvimento e implementação relacionados ao objeto social. A seleção de fornecedores deverá atender as necessidades mercadológicas dentro dos critérios de preço e custo competitivo, qualidade de serviço e prazo de entrega (SLA), ficando a critério da **FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTÕES E BENEFÍCIOS LTDA**, o estabelecimento de fornecedores preferenciais com qualidade atestada e garantida através de seleção ampla e documentada através de RFP (Request for Proposal), instrumento comumente utilizado pelo mercado.

Cláusula 3ª - O capital social é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) dividido em 1.000.000 (um milhão de cotas)

Página 12 de 20

D4Sign 31f571f8-6927-40be-879a-70e7e63d8b0b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
 Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTOES E BENEFICIOS LTDA

NIRE: 332.1040434-2 Protocolo: 00-2023/138572-2 Data do protocolo: 15/02/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/02/2023 SOB O NÚMERO 00005322068 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 0687CE3077D97703466B65AD8609DFA0B8C96AC5BE04464031B9E37E51DA757

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 14/26

1ª Alteração Contratual
CNPJ 28.527.128/0001-27

no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, estando assim, distribuído entre as sócias :

Sócios	Cotas	Valor R\$	Perc. %
DAKOTA	250.000	250.000,00	25%
G.F. NEVES	250.000	250.000,00	25%
GP ALENCAR	250.000	250.000,00	25%
MPJF ADMINISTRAÇÃO	250.000	250.000,00	25%
TOTAIS	1.000.000	1.000.000,00	100%

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Parágrafo Segundo - As cotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a Alteração Contratual pertinente.

Cláusula 4ª - A sociedade será administrada por 04 (quatro) diretores, os quais terão as atribuições que a Lei e o presente contrato lhes conferem e de acordo com os artigos 1.060 a 1.065 da Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, estando os mesmos isentos de caução.

Parágrafo Primeiro: Cada um dos diretores fica investido dos poderes gerais de administração, podendo representar a sociedade em juízo ou fora dele, praticar os atos administrativos necessários aos fins da sociedade.

Página 13 de 20

D4Sign 31f571f8-6927-40be-879a-70e7e63dbb0b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
 Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTOES E BENEFICIOS LTDA
 NIRE: 332.1040434-2 Protocolo: 00-2023/138572-2 Data do protocolo: 15/02/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/02/2023 SOB O NÚMERO 00005322068 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 0687CE3077D977703466B65AD8609DFA0BBC96AC5BE04464031B9E37E51DA757

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 15/26

1ª Alteração Contratual
CNPJ 28.527.128/0001-27

Parágrafo Segundo: A sociedade, representada pelo DIRETOR, poderá constituir procuradores, para todo e qualquer fim, especificando no mandato os poderes e o prazo de vigência, que não poderá exceder de 12 meses, exceto a hipótese da procuração "ad judícia", cujo prazo será indeterminado.

Parágrafo Terceiro : São designados Diretores : **ALEXANDRE COLONESE**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade nº 068829/0-2 expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Janeiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF/MF") nº 515.103.407.34, residente e domiciliado na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Visconde de Sepetiba, nº 935 - sala 501, Centro, Niterói, RJ, CEP 24020-206; **ALOISIO RIBEIRO ALENCAR ROSA**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 03.510.463-7 expedida pelo Instituto de Identificação Félix Pacheco, Estado do Rio de Janeiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF/MF") sob o nº 369.935.147-53, residente e domiciliado na Rua João Lira, nº 23, apartamento 502, Leblon, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22430-210; **CASSIANO MARTINS DAS NEVES**, brasileiro, casado pelo regime da separação total de bens convencional, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 067310227 expedida pelo Instituto de Identificação Félix Pacheco, Estado do Rio de Janeiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF/MF") sob o nº 826.304.887-72, residente e domiciliado na Rua Maisa, nº 185, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22793-285; **FABIANO GUSTAVO ROCHA PEREIRA DO OUTEIRO**, brasileiro, casado pelo regime da separação

Página 14 de 20

D4Sign 31f571f8-6927-40be-879a-70e7e63dbb0b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTOES E BENEFÍCIOS LTDA

NIRE: 332.1040434-2 Protocolo: 00-2023/138572-2 Data do protocolo: 15/02/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/02/2023 SOB O NÚMERO 00005322068 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 0687CE3077D977703466B65AD8609DFA0BBC96AC5BE04464031B9E37E51DA757

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



1ª Alteração Contratual

CNPJ 28.527.128/0001-27

total de bens convencional, administrador, portador da Carteira de Identidade nº 20-86016 CRA-RJ, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas ("CPF/MF/" sob o nº 106.762.597-66, residente e domiciliado na Rua Primeiros Sonhos, nº 180, apartamento 201, Jardim Guanabara, Ilha do Governador, RJ, CEP 21941-240.

Parágrafo Quarto: A emissão de cheques, de títulos de crédito, de quaisquer documentos da administração rotineira da sociedade, será sempre assinados por dois Diretores em conjunto.

Parágrafo Quinto: Para a alienação de bens móveis, imóveis, aquisição, permuta, locação de bens móveis e imóveis, participação em outras sociedades como quotista, assinatura de contrato de parceria, convênios, será necessária a assinatura dos quatro Diretores designados em conjunto.

Parágrafo Sexto: É vedado aos diretores assumirem, em nome da sociedade, compromisso de garantia, tais como: fianças, avais e obrigações similares.

Parágrafo Sétimo: A Diretoria poderá ter a sua composição modificada ou substituída, por deliberação da Assembleia de Quotistas.

Parágrafo Oitavo: É vedado aos administradores, o uso da denominação social em atividades estranhas ao interesse social, avais, endossos, fianças ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização dos outros sócios.

Página 15 de 20

D4Sign 31f571f8-6927-40be-879a-70e7e63dbb0b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



processo nº 24218/2023
15/02/2023

1ª Alteração Contratual
CNPJ 28.527.128/0001-27

Parágrafo Nono: As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, devendo os sócios serem notificados pelos administradores com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo Décimo: A reunião e/ou assembleia tornam-se dispensáveis, quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

Parágrafo Décimo Primeiro: A Sociedade reger-se-á pelas normas do presente contrato e pelas disposições contidas nos Artigos 1052 a 1087 da Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Novo Código Civil Brasileiro, sendo certo que nos casos omissos aplicar-se-á as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei Nº 6404, de 15 de dezembro de 1976), dispensada, no entanto, a publicação de editais, balanços e demais documentos previstos na referida lei.

Parágrafo Décimo Segundo - Para representação junto a Autoridade Certificadora e Autoridade de Registro, para emissão de Certificado Digital em nome da sociedade, basta a assinatura do representante do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e na sua ausência de qualquer um dos Diretores designados na presente Cláusula.

Cláusula 5ª - Os administradores receberão mensalmente a título de Pró-labore, quantia a ser determinada em Reunião de Sócios, respeitados os limites impostos pela legislação vigente.

Cláusula 6ª - O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se, portanto, em 31 de Dezembro de cada ano, quando será levantado um Balanço Geral, sendo os Lucros ou Prejuízos verificados, distribuídos aos sócios na

Página 16 de 20

D4Sign 31f57118-6927-40be-879a-70e7e63dbb0b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTOES E BENEFICIOS LTDA

NIRE: 332.1040434-2 Protocolo: 00-2023/138572-2 Data do protocolo: 15/02/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/02/2023 SOB O NÚMERO 00005322068 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 0687CE3077D977703466B65AD8609DFA0BB96AC5BE04464031B9E37E51DA757

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 18/26

1ª Alteração Contratual
CNPJ 28.527.128/0001-27

proporção de suas cotas, podendo ainda se destacar valores para fundos de Reservas de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo Único: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador e/ou administradores quando for o caso.

Cláusula 7ª - Os administradores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula 8ª - Em caso de retirada, morte ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá assumindo o ATIVO e o PASSIVO da sociedade os herdeiros e/ou sucessores do sócio que deixou de fazer parte da sociedade por qualquer dos motivos expostos. Outrossim, em caso de consenso, poderá o sócio remanescente assumir o ATIVO e o PASSIVO da sociedade, pagando aos herdeiros e/ou sucessores os haveres que couberem do sócio retirante, por Balanço levantado na data do evento.

Parágrafo único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Página 17 de 20

D4Sign 31f571f8-6927-40be-879a-70e7e63dbb0b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

1ª Alteração Contratual
CNPJ 28.527.128/0001-27

Cláusula 9ª - Os casos omissos neste instrumento serão regulados de acordo com a legislação vigente, ficando eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, preterindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Cláusula 10ª

A sociedade utilizará para cumprimento dos atos e obrigações societárias, publicação de atos, registro de livros, registro de documentos, Convocação para Reunião de Sócios e/ou Assembleia, realização de Reunião de Sócios e/ou Assembleia ou o cumprimento de qualquer obrigação societária existente ou a ser criada em lei futuramente, todos os meios digitais e eletrônicos disponíveis e autorizados em lei no momento da realização do ato e cumprimento da obrigação.

Parágrafo Primeiro: Havendo divergência de normas do presente Contrato Social referente a forma a ser adotada no cumprimento e realização do ato e/ou obrigação, prevalece o estabelecido na presente Cláusula 10ª.

Parágrafo Segundo: Os Atos de Convocação de Reunião de Sócios e/ou Assembleia ou outras comunicações da sociedade para os sócios poderão ocorrer também através de e-mail no endereço eletrônico individual de cada representante legal da sociedade pessoa jurídica sócia com confirmação de recebimento e também outras formas de comunicação digital e eletrônica autorizadas em leis, sempre com a confirmação de recebimento.

Parágrafo Terceiro: É de responsabilidade de cada sócia pessoa jurídica, na pessoa de seu representante legal,

Página 18 de 20

D4Sign 31f571f8-6927-40be-879a-70e7e63ddb0b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
 Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

24218/2023
33

1ª Alteração Contratual
CNPJ 28.527.128/0001-27

informar a sociedade e aos demais sócios e diretores, qualquer alteração no seu endereço eletrônico, residencial e de domicílio, celular.

E, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 01 (uma) via, tornando-o firme e válido por si, seus herdeiros ou sucessores.

Nova Friburgo, 10 de fevereiro de 2023.

DAKOTA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
Lilian Maria Ferreira Colonese

G.F. NEVES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
Cassiano Martins das Neves Generoso Martins das Neves

GP ALENCAR CONSULTORIA EMPRESARIAL E INVESTIMENTOS LTDA
Aloisio Ribeiro Alencar Rosa

MPJF ADMINISTRAÇÃO DE BENS, PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
Fabiano Gustavo Rocha Pereira do Outeiro

Lilian Maria Ferreira Colonese
Visto Advogada

Página 19 de 20

D4Sign 31f571f8-6927-40be-879a-70e7e63dbb0b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTOES E BENEFICIOS LTDA
NIRE: 332.1040434-2 Protocolo: 00-2023/138572-2 Data do protocolo: 15/02/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/02/2023 SOB O NÚMERO 00005322068 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 0687CE3077D977703466B65AD8609DFA0BBEC96AC5BE04464031B9E37E51DA757

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 21/26

1ª Alteração Contratual

CNPJ 28.527.128/0001-27

Folha Assinaturas 1ª Alteração Contratual

**FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTÕES E
BENEFÍCIOS LTDA**

Diretores:

ALEXANDRE COLONESE

ALOISIO RIBEIRO ALENCAR ROSA

CASSIANO MARTINS DAS NEVES

FABIANO GUSTAVO ROCHA PEREIRA DO OUTEIRO

Página 20 de 20

D4Sign 31f571f8-6927-40be-879a-70e7e63dbb0b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTÕES E BENEFÍCIOS LTDA

NIRE: 332.1040434-2 Protocolo: 00-2023/138572-2 Data do protocolo: 15/02/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/02/2023 SOB O NÚMERO 00005322068 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 0687CE3077D977703466B65AD8609DFA0B8C96AC5BE04464031B9E37E51DA757

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 22/26

FRIBURGO TECNOLOGIA 1 ALTERAÇÃO docx
Código do documento 31f571f8-6927-40be-879a-70e7e63dbb0b



Assinaturas

LILIAN MARIA FERREIRA COLONESE
lilian@colonese.com.br
Assinou como DAKOTA Administradora Lilian Maria Ferreira Colonese

Lilian Maria Ferreira Colonese

Lilian Maria Ferreira colonese
colonese.lilian@gmail.com
Assinou como Lilian Maria Ferreira Colonese - Visto Advogada

Lilian Maria Ferreira colonese

Cassiano Martins das neves
cassianoneves@icloud.com
Assinou como G.F. NEVES Administrador Cassiano Martins das Neves

G.F. Neves

Cassiano Martins das neves
cassianoneves@icloud.com
Assinou como Cassiano Martins das Neves Diretor

G.F. Neves

Generoso Martins das Neves
generosomneves@gmail.com
Assinou como G.F. NEVES Administrador Generoso Martins das Neves

Generoso Martins das Neves

Aloisio Ribeiro Alencar Rosa
aloisio@coesa.com
Assinou como GP ALENCAR Administrador Aloisio Ribeiro Alencar Rosa

Aloisio Ribeiro Alencar Rosa

Aloisio Ribeiro Alencar Rosa
aloisio@coesa.com
Assinou como Aloisio Ribeiro Alencar Rosa Diretor

Aloisio Ribeiro Alencar Rosa

FABIANO GUSTAVO ROCHA PEREIRA DO OUTEIRO
fabianoouteiro@msn.com
Assinou como MPJF ADMINISTRAÇÃO Administrador Fabiano Gustavo Rocha Pereira do Outeiro

Fabiano Gustavo Rocha Pereira do Outeiro

FABIANO GUSTAVO ROCHA PEREIRA DO OUTEIRO
fabianoouteiro@msn.com
Assinou como Fabiano Gustavo Rocha Pereira do Outeiro Diretor

Fabiano Gustavo Rocha Pereira do Outeiro

Alexandre Colonese
alexandre@colonese.com.br
Assinou como Alexandre Colonese Diretor

Alexandre Colonese

Eventos do documento

10 Feb 2023, 15:42:38

Documento 31f571f8-6927-40be-879a-70e7e63dbb0b criado por ALEXANDRE COLONESE (89331f53-

a27c-4153-9615-4f204015f211). Email: alexandre@colonese.com.br. - DATE_ATOM: 2023-02-10T15:42:38-03:00

10 Feb 2023, 15:57:04

Assinaturas **iniciadas** por ALEXANDRE COLONESE (89331f53-a27c-4153-9615-4f204015f211). Email: alexandre@colonese.com.br. - DATE_ATOM: 2023-02-10T15:57:04-03:00

10 Feb 2023, 15:58:51

ALEXANDRE COLONESE **Assinou como Alexandre Colonese Diretor** (89331f53-a27c-4153-9615-4f204015f211) - Email: alexandre@colonese.com.br - IP: 187.111.9.113 (113.9.111.187.flexseg.com.br porta: 62714) - Documento de identificação informado: 515.103.407-34 - DATE_ATOM: 2023-02-10T15:58:51-03:00

10 Feb 2023, 16:05:09

GENEROSO MARTINS DAS NEVES **Assinou como G.F. NEVES Administrador Generoso Martins das Neves** - Email: generosomneves@gmail.com - IP: 189.122.164.88 (bd7aa458.virtua.com.br porta: 37522) - Geolocalização: -23.000387083178254 -43.2722466275329 - Documento de identificação informado: 346.446.107-63 - DATE_ATOM: 2023-02-10T16:05:09-03:00

10 Feb 2023, 16:14:41

CASSIANO MARTINS DAS NEVES **Assinou como G.F. NEVES Administrador Cassiano Martins das Neves** - Email: cassianoneves@icloud.com - IP: 177.26.78.178 (ip-177-26-78-178.user.vivozap.com.br porta: 9130) - Documento de identificação informado: 826.304.887-72 - DATE_ATOM: 2023-02-10T16:14:41-03:00

10 Feb 2023, 16:15:37

CASSIANO MARTINS DAS NEVES **Assinou como Cassiano Martins das Neves Diretor** - Email: cassianoneves@icloud.com - IP: 177.26.78.178 (ip-177-26-78-178.user.vivozap.com.br porta: 36948) - Documento de identificação informado: 826.304.887-72 - DATE_ATOM: 2023-02-10T16:15:37-03:00

11 Feb 2023, 17:17:19

FABIANO GUSTAVO ROCHA PEREIRA DO OUTEIRO **Assinou como Fabiano Gustavo Rocha Pereira do Outeiro Diretor** - Email: fabianoouteiro@msn.com - IP: 191.250.152.235 (191.250.152.235.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 61820) - Documento de identificação informado: 106.762.597-66 - DATE_ATOM: 2023-02-11T17:17:19-03:00

11 Feb 2023, 17:18:02

FABIANO GUSTAVO ROCHA PEREIRA DO OUTEIRO **Assinou como MPJF ADMINISTRAÇÃO Administrador Fabiano Gustavo Rocha Pereira do Outeiro** - Email: fabianoouteiro@msn.com - IP: 191.250.152.235 (191.250.152.235.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 61806) - Documento de identificação informado: 106.762.597-66 - DATE_ATOM: 2023-02-11T17:18:02-03:00

13 Feb 2023, 08:57:44

LILIAN MARIA FERREIRA COLONESE **Assinou como DAKOTA Administradora Lilian Maria Ferreira Colonese** (e0944426-2a8a-490f-be0b-4adaf256245c) - Email: lilian@colonese.com.br - IP: 187.111.9.113 (113.9.111.187.flexseg.com.br porta: 26210) - Geolocalização: -22.8525 -43.0925 - Documento de identificação informado: 514.810.737-53 - DATE_ATOM: 2023-02-13T08:57:44-03:00

13 Feb 2023, 09:14:58

LILIAN MARIA FERREIRA COLONESE **Assinou como Lilian Maria Ferreira Colonese - Visto Advogada** - Email:



23 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 14 de February de 2023,
13:38:30

Processo Nº: 24.218/2023
Rubrica: [assinatura] 37

colonese.lilian@gmail.com - IP: 187.111.9.113 (113.9.111.187.flexseg.com.br porta: 32958) - Geolocalização:
-22.89248956520295 -43.118059489050346 - Documento de identificação informado: 514.810.737-53 -
DATE_ATOM: 2023-02-13T09:14:58-03:00

13 Feb 2023, 16:09:26

ALOISIO RIBEIRO ALENCAR ROSA Assinou como Aloisio Ribeiro Alencar Rosa Diretor - Email:
aloisio@coesa.com - IP: 138.99.132.214 (214.132.99.138.wlnet.com.br porta: 54770) - Documento de
identificação informado: 369.935.147-53 - DATE_ATOM: 2023-02-13T16:09:26-03:00

13 Feb 2023, 16:11:29

ALOISIO RIBEIRO ALENCAR ROSA Assinou como GP ALENCAR Administrador Aloisio Ribeiro Alencar Rosa -
Email: aloisio@coesa.com - IP: 138.99.132.214 (214.132.99.138.wlnet.com.br porta: 42530) - Documento de
identificação informado: 369.935.147-53 - DATE_ATOM: 2023-02-13T16:11:29-03:00

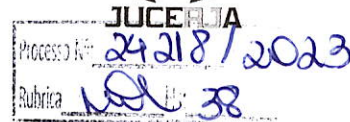
Hash do documento original

(SHA256):e1aed5988b32b57f82fe8897b1ee3ed8c42d767641b266da9387448f8d9fe3fc

(SHA512):b1cb2947389a620085ea26cb49e1ad902eba955b5b5fbfe888bab67f9cb27db01846fa88d20d92007492f2b458a7f26968102c14e3178518e9d0035af6910825

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTOES E BENEFICIOS LTDA, NIRE 33.2.1040434-2, PROTOCOLO 00-2023/138572-2, ARQUIVADO EM 16/02/2023, SOB O NÚMERO (S) 00005322068, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
514.810.737-53	LILIAN COLONESE

16 de fevereiro de 2023.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTOES E BENEFICIOS LTDA

NIRE: 332.1040434-2 Protocolo: 00-2023/138572-2 Data do protocolo: 15/02/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/02/2023 SOB O NÚMERO 00005322068 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 0687CE3077D977703466B65AD8609DFA0BBC96AC5BE04464031B9E37ES1DA757

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



JUCE RJ
assinado digitalmente

Pag. 26/26



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 24.218/2023

RUBRICA: PA FOLHA: 39

Comissão de Pregão I

Nova Friburgo, 12 de setembro de 2023.

À Secretaria Municipal de Governo

Assunto: **Impugnação Pregão Eletrônico nº 157/2023**

Encaminho o presente processo, na forma que dispõe o **item 5.1.1 do edital**, com as razões da impugnante para pronunciamento de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, conforme Processo Administrativo Apenso nº 05.561/2023, pois este pregoeiro não possui a expertise para tal.

Atenciosamente,

LEONARDO GABRIG PEIXOTO

Pregoeiro – Comissão de Pregão I



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____ / ____ / ____
Fls Nº _____ Rubrica _____

Processo: 24.218/23

Requerente: Friburgo Tecnologia da Informação e Administradora de Cartões e Benefícios - FRCARD

Assunto: impugnação

À Procuradoria-Geral;

O novo edital de licitação correlato ao Pregão Eletrônico 157/23 - "Bilhetagem Eletrônica", foi publicizado na forma e no prazo legal, decorrente da análise dos pedidos de esclarecimentos e impugnações ofertadas naquela oportunidade, sendo cogente afirmar que fora interposta em desfavor do edital impugnação da empresa requerente.

Neste sentido, em virtude da prestação de serviço contratualizada perante a Fundação Copptec – com interveniência do programa de engenharia da Coppe/UFRJ, a referida impugnação foi discutida com a contratada, porém cingindo-se as impugnações as questões de ordem jurídica, as mesmas foram analisadas à luz das questões jurídico/legais, para a submissão a esta especializada jurídica para manifestação final.

A peça de impugnação da empresa Fricard foi ofertada em desfavor do cerceamento do direito de participar de licitação, em decorrência da inclusão no item 7.4 do edital das seguintes vedações:

“7.4.6 - Participem de sociedades empresárias operadoras do sistema de bilhetagem eletrônica e monitoramento de frota pertencentes a um grupo econômico, de fato ou de direito, assim entendidas aquelas que possuam, no todo ou em parte, identidade de sócios, dirigentes ou membros de conselho, bem como de empresas das quais estas ou seus sócios tenham participação societária ou sejam controladores que operem o sistema de transporte público;

7.4.7 - De confederações, federações, sindicatos ou entidades e associações representativas de qualquer espécie que congreguem membros referidos no item 7.4.6;

7.4.8 - De novas empresas constituídas ou novos arranjos societários de qualquer espécie cujos sócios ou integrantes sob qualquer título se enquadrem no item 7.4.6;”

Quanto a suposta ilegalidade da alteração que se deu em dissonância com o artigo 9º da Lei 8.666/93, necessário pontuar que o referido artigo estabelece regra referente ao agente público nos certames licitatórios, portanto, com o devido acatamento o Município não afrontou



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____/____/____
Fls Nº _____ Rubrica _____

legislação licitatória ao incluir a vedação ora discutida, posto que a regra incerta no item 7.4.6. e segs. não tem nenhuma pertinência nem tampouco conflito com o artigo 9º da Lei 8.666/93.

Com o desiderato de demonstrar que a norma do artigo 9º em nada se amolda ao que pretende a empresa ver deferido, qual seja, a ilegalidade do ato, veja o que fora preconizado no Acórdão 607/2011-Plenário do TCU:

“mesmo que a Lei nº 8.666, de 1993, não possua dispositivo vedando expressamente a participação de parentes em licitações ..., vê-se que foi essa a intenção axiológica do legislador ao estabelecer o art. 9º dessa Lei, em especial nos §§ 3º e 4º, vedando a prática de conflito de interesse nas licitações públicas...”

Em artigo do blog da Zênite restou claramente definido qual é a verdadeira razão da vedação do art. 9º, em especial no Inciso III da Lei 8666/93:

A finalidade da norma é impedir que o sujeito se beneficie da posição que ocupa na Administração Pública para obter informações privilegiadas em detrimento dos demais interessados no certame, interferindo de modo negativo na lisura do procedimento. A Lei pretende, mediante tal vedação, resguardar os princípios da moralidade e da igualdade previstos no seu art. 3º, fundamentais para a regularidade do procedimento licitatório.

Da mesma forma o Acórdão 1941/2013-Plenário:

“a despeito de não haver, na Lei nº 8.666/1993, vedação expressa de contratação, pela Administração, de empresas pertencentes a parentes de gestores públicos envolvidos no processo, a jurisprudência desta Corte tem se firmado no sentido de considerar que há um evidente e indesejado conflito de interesses e que há violação dos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade.”

O Tribunal de Conta do Estado de São Paulo analisando o artigo 9º da Lei 8.666/93 assim se posicionou:

“artigo 9º estabelece as vedações ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei. O inciso I estabelece a impossibilidade de se admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, as situações estabelecidas nas letras “a” a “c”. O inciso II visa vedar o estabelecimento de tratamento diferenciado de qualquer espécie e o inciso III visa dar atendimento aos princípios da celeridade, da eficiência, do interesse público e da legalidade, entre

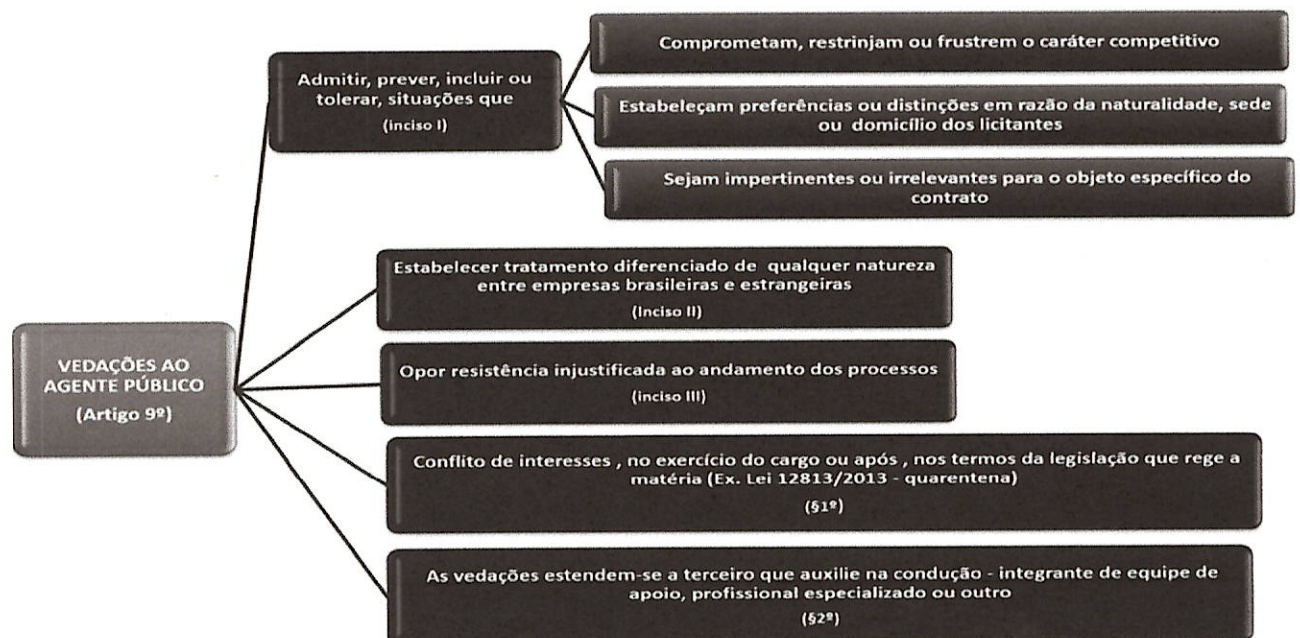


outros, ao vedar a oposição de resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

O §1º trata da obrigatoriedade de se observar situações que possam configurar conflito de interesses, nos termos da legislação que disciplina a matéria, sendo tal matéria disciplinada, no âmbito do Poder Executivo Federal, através da Lei nº 12.813/2013.

O §2º estende as vedações do artigo em comento aos terceiros que auxiliem a condução da contratação na qualidade de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Elaboramos o diagrama que segue visando uma melhor visualização do presente artigo:"



No mesmo sentido tem-se a doutrina do brilhante Marçal Justen Filho, ao comentar o artigo 9º da lei 8.666/93:

"1) Impedimento do Direito de licitar

As vedações do art. 9º retratam derivação dos princípios da moralidade pública e isonomia. A lei configura uma espécie de impedimento, em acepção similar à do direito processual, à participação de determinadas pessoas na licitação. Considera um risco a existência de relações



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____ / ____ / ____
Fls Nº _____ Rubrica _____

personais entre os sujeitos que definem o destino da licitação e o particular que licitará. Esse relacionamento pode, em tese, produzir distorções incompatíveis com a isonomia. A simples potencialidade do dano é suficiente para que a lei se acautele. Em vez de remeter a uma investigação posterior, destinada a comprovar anormalidade da conduta do agente, a lei determina seu afastamento a priori. O impedimento consiste no afastamento preventivo daquele que, por vínculos pessoais com a situação concreta, poderia obter benefício especial e incompatível com o princípio da isonomia.

O impedimento abrange aqueles que, dada a situação específica em que se encontram, teriam condições (teoricamente) de frustrar a competitividade, produzindo benefícios indevidos e reprováveis para si ou terceiro. (JUSTEN FILHO. Marçal, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9ª edição, São Paulo: Editora Dialética, 2002, pág. 131)."

Os Tribunais ao se debruçarem sobre o assunto, assim decidiram;

“APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PRELIMINARES - LITISPENDÊNCIA, CONEXÃO, SUSPEIÇÃO E NULIDADE DO INQUÉRITO CIVIL - REJEITADAS - SENTENÇA ULTRA PETITA - ACOLHIDA - DECOTE DA PENA DE RESSARCIMENTO - PEDIDO FORMULADO EM AÇÃO POPULAR - MÉRITO - LICITAÇÃO PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULO DE CÂMARA MUNICIPAL - EMPRESA VENCEDORA - SÓCIO-PROPRIETÁRIO - MARIDO DA EX-PRESIDENTE DA CÂMARA - SUPERFATURAMENTO DOS SERVIÇOS EM VALORES E QUANTIDADES - CONSTATADO - DIÁRIA DE VIAGEM - REEMBOLSO - AUSÊNCIA DE PROVAS DA REALIZAÇÃO DA VIAGEM - PAGAMENTO EFETUADO À PRIMEIRA RÉ - ELEMENTO SUBJETIVO DOLOSO - PRESENÇA DE PROVAS - RECURSO DESPROVIDO. - Inexistindo identidade de partes e pedidos entre a ação popular em curso e a ação civil pública por ato de improbidade administrativa, (...) nas hipóteses do artigo 9º da Lei n. 8.666/1993, previsão legal que obste a participação de parentes de agentes políticos em licitação, deve ser reconhecida a prática de atos de improbidade administrativa que importaram enriquecimento ilícito, lesão ao erário e ofensa aos princípios que regem a administração, consubstanciados no superfaturamento dos serviços de manutenção de veículo de propriedade da Câmara Municipal, prestados pelo contratado. - Há ato de improbidade na conduta da Vereadora que recebe reembolso de diária de viagem, que deveria ter sido paga ao motorista da Câmara Municipal, sobretudo quando a prova presente nos autos indica que a viagem sequer foi realizada. (TJ-MG - Apelação Cível 1.0642.18.000578-6/001, Relator(a): Des.(a) Luís Carlos Gambogi, julgamento em 09/03/2023, publicação da súmula em 13/03/2023)”

“PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO DE EFEITO ATIVO. AÇÃO POPULAR COM PEDIDO DE LIMINAR. CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO COM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA CUJO SÓCIO-ADMINISTRADOR REPRESENTA INTERESSES PRIVADOS DE GESTOR DO ÓRGÃO CONTRATANTE. VEDAÇÃO CONSTANTE NO ART. 9º, §3º DA LEI Nº 8.666/93 E NO EDITAL DA LICITAÇÃO QUE DEU ORIGEM À CONTRATAÇÃO. NECESSIDADE DE RESGUARDAR OS COFRES PÚBLICOS DE POSSÍVEL IRREGULARIDADE. REQUISITOS DA PROBABILIDADE DO DIREITO E DO PERIGO DA DEMORA PREENCHIDOS. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA (...) que o sócio-administrador do escritório contratado pela câmara de vereadores representou os



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____/____/____
Fls Nº _____ Rubrica _____

interesses privados de dirigente do órgão contratante em vários processos judiciais, infringindo a Lei de Licitações e o edital do certame, restando, assim, evidenciada a probabilidade do direito. 5. Considerando já terem sido realizados, em favor do escritório de advocacia contratado, pagamentos que somam expressivo valor, além da possibilidade de continuarem sendo realizados novos pagamentos a cada mês, resta demonstrado o perigo da demora pela necessidade de resguardar os cofres públicos, requisito necessário à concessão da tutela de urgência pleiteada. 6. Agravo de instrumento conhecido e parcialmente provido. Decisão interlocutória reformada. (TJ-CE; Agravo de Instrumento - 0640518-72.2022.8.06.0000, Rel. Desembargador(a) JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA, 1ª Câmara Direito Público, data do julgamento: 15/05/2023, data da publicação: 16/05/2023)”

“AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - MEDIDA LIMINAR DEFERIDA NA ORIGEM - SUSPENDER LICITAÇÃO - IMPEDIMENTO DA CONCORRENTE - SÓCIO DIRIGENTE DO ÓRGÃO LICITANTE - POSSIBILIDADE DE FRUSTAR LICITAÇÃO - REQUISITOS NÃO DEMONSTRADOS - INDEFERIMENTO DA LIMINAR - RECURSO PROVIDO - Não demonstrado, de plano, que os sócios da empresa concorrente ocupam cargo diretivo no órgão licitante, tampouco a existência de vínculo apto a frustrar a concorrência (art. 9º, da Lei 8.666/93), não está autorizada a suspensão do procedimento licitatório em caráter liminar. - Recurso provido. (TJ-MG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.22.209761-0/001, Relator(a): Des.(a) Renan Chaves Carreira Machado (JD Convocado), julgamento em 15/02/2023, publicação da súmula em 17/02/2023):”

Disto isto, considerando, desta feita, que a vedação lastreada no item 7.4.6, 7.4.7 e 7.4.8 não estão coadunadas com a previsão legal do artigo 9º da Lei 8.666/93, resta evidente a necessidade peremptória de afastar qualquer ato ilegal, sem se quer olvidar de que a vedação não tem a pretensão de alijar do certame os interessados, contudo pretende sim alijar os conflitos de interesses dos atos que posteriormente serão praticados pelas empresas que atuem no ramo de bilhetagem eletrônica e ao mesmo tempo tenham relação societária/comercial com as empresas operadoras do transporte e vice-versa, com arrimo nos princípios da eficiência, da moralidade e transparência.

Por outro lado, a previsão editalícia impugnada representa mecanismo para mitigar os efeitos nefastos do conflito de interesses representado pela eventual participação em licitação de parte diretamente relacionada aos prestadores do serviço de bilhetagem eletrônica e/ou com operadores do transporte coletivo. No fim das contas, o que está sendo vedado é o efetivo conflito de interesses na licitação.

A legítima pretensão do Município de Nova Friburgo ao incluir a vedação e rechaçar eventual conflito de interesse, foi objeto de discussão nos autos do AGRADO DE INSTRUMENTO com pedido de efeito suspensivo interposto pelo MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, em desfavor de decisão proferida nos autos da ação promovida por Riocard Tecnologia da Informação S.A (processo nº 0265827-34.2021.8.19.0001). Em sede de agravo fora concedido efeito suspensivo.

A vedação do edital da cidade do Rio de Janeiro foi assim estipulado:



“11.3.1. É vedada a participação nesta LICITAÇÃO, direta ou indiretamente, isoladamente ou em CONSÓRCIO: i. De sociedades empresárias operadoras dos serviços urbanos de transporte público coletivo e suas subsidiárias que estejam em atuação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ou que integrem consórcio delegatário dos serviços, ou pertencentes ao mesmo grupo econômico, de fato ou de direito, assim entendidas aquelas que possuam identidade de sócios, dirigentes ou membros de conselho, bem como de empresas das quais estas ou seus sócios tenham participação societária ou sejam controladores;
ii. De confederações, federações, sindicatos ou entidades e associações representativas de qualquer espécie que congreguem membros referidos no item i.”

Neste sentido, com a devida vênia parece salutar trazer a baila trechos da peça inicial do agravo nº 00886432.2021.8.19.0000 para os devidos esclarecimentos:

“Para Felipe Henrique Braz Guilherme, a atividade de controle do sistema de bilhetagem eletrônica possui caráter nitidamente fiscalizatório e de organização do serviço público, por esse motivo não seria viável ficar a cargo do próprio concessionário do serviço público de transporte. Nas claras lições do autor: “Sabendo, por exemplo, que o sistema de bilhetagem eletrônica é o principal mecanismo responsável pelo cálculo tarifário, é que não nos parece apropriado o seu controle pelo concessionário. Há, notadamente, uma incompatibilidade entre o poder do sistema e os interesses do concessionário, de modo que o controle por esse possa se mostrar extremamente inseguro. Por esse motivo, é que o Direito Administrativo busca que atribuições e responsabilidades conflitantes sejam separadas entre pessoas distintas. Tal orientação observa o que chamamos de segregação de funções, que é definido pelo Tribunal de Contas da União como: ‘princípio básico de controle interno essencial para a sua efetividade. Consiste na separação de atribuições ou responsabilidades entre diferentes pessoas, especialmente as funções ou atividades-chave de autorização, execução, atesto/aprovação, registro e revisão ou auditoria’. O referido princípio consiste na própria garantia da independência da fiscalização, conforme também já assentou o TCU outra ocasião: ‘Não faz sentido que o órgão executor e fiscalizador sejam o mesmo. Com fundamento no princípio da segregação de funções, como garantia da independência da fiscalização, é fundamental que o agente fiscalizador não seja ao mesmo tempo executor. Mais ainda, é essencial que o agente que fiscaliza detenha independência e não tenha compromissos ou relações com o órgão executor. Atribuir a execução e fiscalização a um mesmo agente seria ir contra todos esses princípios’. A segregação de funções, ao nosso ver, impede que o controle do sistema de bilhetagem eletrônica seja atribuído ao concessionário, sob pena de se pôr em risco a segurança do serviço público de transporte coletivo”.

Mais adiante, a peça de agravo fixa outro viés importante na discussão, qual seja, *“Embora se reconheça que o princípio da competitividade imponha à Administração a busca pelo maior número de competidores, de modo a se afastar exigências que indevidamente restrinjam ou frustrem a participação (art. 37, XXI, CF/88), servindo como norte interpretativo, a moralidade pública, a impessoalidade, a economicidade e a eficiência autorizam a inclusão de dispositivos que visem mitigar o eventual conflito de interesses, a incompatibilidade da cumulação de serviços (bilhetagem e transporte) e a vedação à participação dos detentores de informações privilegiadas.”*



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____ / ____ / ____
Fls Nº _____ Rubrica _____

Outrossim, resta claro e evidente que o normatizado no artigo 9º da Lei 8.666/93 tem reflexo em outro seara, como citado acima, deve-se levar em conta a interpretação da norma (artigo 9º), nesta senda veja o que fora delineado no agravo de instrumento citado acima.

“Ao tratar do tema [interpretação e aplicação do artigo 9º da Lei 8.666/93], Marçal Justen Filho refuta essa interpretação restritiva, indicando a necessária observância dos objetivos e finalidades da norma:

“Nem se diga que as regras legais restritivas devem ser interpretadas restritivamente. Esse princípio de interpretação não é absoluto, mas é contemplado por outros princípios. O intérprete deve apurar a extensão da vontade legislativa. Mesmo quando a regra legal tem natureza restritiva, tem de reconhecer-se que abrange a todas as hipóteses a que se destina regular. A interpretação restritiva prevalece quando dúvida invencível se apresentar acerca da extensão da disciplina legal.” A configuração de um possível conflito de interesses demanda uma atuação preventiva, com o estabelecimento do impedimento em participar da licitação, em respeito ao princípio da moralidade. A interpretação teológica do artigo 9º da Lei 8.666/93 permite a estipulações de impedimentos que, conforme o objeto licitado, evitem uma potencial situação de conflito de interesses.”

A peça de agravo ainda colaciona o seguinte:

“É o que a doutrina denomina desconcentração societária:

“(…) por força da qual, mediante um controle das estruturas, o mesmo grupo econômico não pode concentrar mais de uma etapa do ciclo econômico do serviço público, evitando-se, por consequência, que empresas do mesmo grupo sejam geradoras, distribuidoras e comercializadoras de energia elétrica. Essa medida pode ser implementada tanto a posteriori, determinando a cisão ou a venda de participações societárias de concentrações já existentes, como a priori, através de normas que restringem ou sujeitam à aprovação administrativa a aquisição de capital acionário de empresas pertencentes ao mesmo setor, a participação em licitações ou a outorga de autorizações a empresas pertencentes a grupos econômicos que já atuam no setor.”⁸ Como visto, a experiência então existente de congregar em um único ator a prestação dos serviços de transporte e bilhetagem, representou manifesto prejuízo ao interesse público (caixa preta), inviabilizando o pleno exercício da política tarifária pelo gestor. Reconheceu-se, assim, a incompatibilidade da congregação das atividades de bilhetagem e de transporte em um mesmo prestador. Por consequência, aqueles que possuem relação com os atuais concessionários do serviço de transporte encontram-se impedidos de participar da licitação; havendo o claro propósito do Município, dentro de sua política regulatória, de que haja atores diversos na prestação do serviço de transporte e na prestação do serviço de bilhetagem, em respeito à moralidade e à eficiência administrativas.”

Por fim e não menos importante, segue parte da decisão que concedeu o efeito suspensivo a decisão de 1ª instância:

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0088964-32.2021.8.19.0000

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

AGRAVADO: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A

RELATOR: DES. JUAREZ FERNANDES FOLHES DECISÃO

(Deferimento de pedido de efeito suspensivo)



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____/____/____
Fls Nº _____ Rubrica _____

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de concessão de efeito suspensivo, interposto pela parte ré – MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – em face de decisão interlocutória prolatada pelo Juízo da 10ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital, em Ação de Obrigação de Fazer deflagrada por RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A, nos seguintes termos

(...)

Ora, se é possível elastecer a hipótese do Inciso III do art. 9 da Lei 8666/93, para proibir a participação indireta de servidor ou dirigente de órgão e entidade com o prestador de serviço, obviamente garantindo a igualdade entre os licitantes e com isso restringindo o caráter competitivo da disputa, com a mesma razão afigura-se viável proibir a participação de empresas associadas e entidades ligadas ao setor de transporte, relativamente ao serviço de bilhetagem eletrônica, ante a evidente possibilidade de obtenção de informações privilegiadas, em prejuízo aos demais licitantes, como ocorreu.

Ora, ao vedar a participação de sociedades empresárias operadoras dos serviços urbanos de transporte coletivo e suas subsidiárias, além de confederações, federações, sindicatos e associações ligadas ao referido ramo (prestador de serviço de transporte), o Município não vedou apenas a participação da recorrida, mas de todas as empresas e entidades que se enquadrassem em referido conceito. Assim, não se verifica uma vedação em particular, mas abstrata, apontando a direção que a Administração pretende seguir a partir do referido Certame.

Assim, a vedação imposta no item 7.4.6, 7.4.7 e 7.4.8 é legítima porquanto pretende garantir que os princípios que norteiam o agente público e a própria administração pública sejam contemplados. Neste sentido, peço vênias mais uma vez para transcrever parte da inicial correlata ao agravo interposto pelo Município do Rio de Janeiro, vejamos:

“(i) evitar a formação do potencial conflito de interesses, em respeito ao princípio da moralidade; (ii) impedir a concentração das atividades de transporte e bilhetagem, decorrente da legítima escolha regulatória realizada pelo Poder Concedente, considerando a sua política tarifária, atendendo aos princípios da eficiência e da transparência; e (iii) garantir o respeito ao princípio da isonomia, uma vez que as atuais prestadoras do serviço, incluindo a agravada, possuem, de antemão, acesso a dados e informações que sequer são ofertadas ao Poder Concedente gerando, desse modo, uma vantagem indevida perante os demais licitantes (assimetria informacional).”

No âmbito do Processo TCE/RJ n. 106.231-3/17 extrai-se o relatório de Auditoria Governamental Extraordinária, em que define o que é o sistema de bilhetagem eletrônica e fica demonstrado sua importância:

“O SBE é um sistema eletrônico e/ou informatizado que controla o acesso dos passageiros nos diferentes modos de transporte existentes através de dispositivos específicos. Várias regiões metropolitanas do mundo implementaram esse sistema, uma vez que ele possui características intrínsecas que proporcionam, dentre outras, diversas vantagens:

.contabilizar transações financeiras relativas a viagens em meios de transportes



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____/____/____
Fls Nº _____ Rubrica _____

públicos;

- . geração de redes de integração, facilitando a implementação de políticas públicas para que o usuário utilize diversos modos de transporte com tarifas diferenciadas;*
- . flexibilidade tarifária para cobrança, possibilitando cobrança por trecho, horário, região, frequência, ou tipo de usuário (idosos, estudantes, baixa renda, pessoas com deficiência, etc);*
- . integração com outros sistemas de transporte inteligentes (GPS, gerenciamento de estacionamento, sinalização de trânsito e etc);*
- . melhoria do acesso dos usuários aos modos de transporte pelas catracas, devido à redução do uso de dinheiro para pagamento e de inerente necessidade de troco;*
- . aumento da segurança dos usuários, motoristas e cobradores em relação a roubos;*
- . redução dos índices de fraudes por falsificação ou uso indevido do vale-transporte em papel;*
- . ganhos com floating devido aos valores adquiridos antecipadamente e ainda não utilizados pelos usuários;*
- . centralização das informações, permitindo um melhor planejamento de demanda e oferta de transportes, além de se criar um poderoso banco de dados que serve como subsídio para a realização de procedimentos licitatórios."*

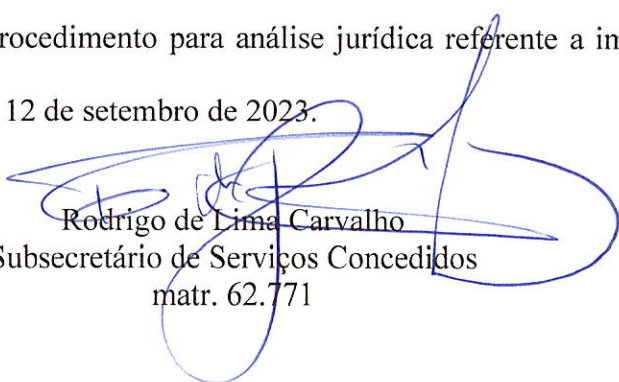
Deste modo, com o devido acatamento dos que pensam em sentido contrário, entendo não haver nenhuma ilegalidade na vedação inserida nos itens 7.4.6, 7.4.7 e 7.4.8 do Edital e com fundamento nos princípios que norteiam a Administração Pública, refutar conflito de interesse entre aqueles que operam SBE e/ou o transporte público é fundamental para lisura da licitação e posteriormente a eficiência e a transparência da prestação de serviço de bilhetagem - Pregão 157/23 e a prestação de serviço de transporte público que será outorgada através de concessão.

Contudo, sobreveio decisão liminar (em anexo) para que o referido item 7.4.6 e os subitens 7.4.7 e 7.4.8 sejam suspensos, porém esta Procuradoria já interpôs de Agravo de Instrumento em desfavor da decisão.

No que se refere ao valor global inserido no item 12.7.1, resta claro e evidente o erro material, na medida que o preâmbulo do edital e o Anexo I – Planilha Orçamentária são claros em definir o valor da presente licitação, sendo certo que o erro material não embarça, retardar ou dificulta a apresentação de proposta. Inclusive verifica-se que a planilha orçamentária em que estão definidos os valores dos custos constantes, variáveis e o total de R\$ 15.083.125,60, é o ato do edital que vincula os interessados em participar do Pregão e preencher a proposta comercial constante no Anexo I, portanto, não resta dúvida alguma do preço estimado da presente licitação.

Com efeito, segue o procedimento para análise jurídica referente a impugnação juntada aos autos.

Nova Friburgo, 12 de setembro de 2023.


Rodrigo de Lima Carvalho
Subsecretário de Serviços Concedidos
matr. 62.771



Número: **0808255-89.2023.8.19.0037**

Classe: **TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Nova Friburgo**

Última distribuição : **11/09/2023**

Valor da causa: **R\$ 10.000,00**

Assuntos: **Nulidade de Ato Administrativo**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A (AUTOR)		FELIX COHEN (ADVOGADO) ANTONIO CESAR ROCHA ANTUNES DE SIQUEIRA (ADVOGADO) LUISA CRISTINA BOTTREL SOUZA (ADVOGADO) MARIANA RIBEIRO SIQUEIRA (ADVOGADO) FRANCISCO DE ALMEIDA E SILVA (ADVOGADO) PEDRO PEDROSA DE ANDRADE FIGUEIRA (ADVOGADO) FELLIPHE PEREIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) ISABELLA CORREA MELO LIMA (ADVOGADO)	
Município de Nova Friburgo (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
76688 897	11/09/2023 17:22	<u>Decisão</u>	Decisão

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Comarca de Nova Friburgo

3ª Vara Cível da Comarca de Nova Friburgo

Avenida Euterpe Friburguense, 201, Centro, NOVA FRIBURGO - RJ - CEP: 28605-130

DECISÃO

Processo: 0808255-89.2023.8.19.0037

Classe: TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE (12135)

AUTOR: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

RÉU: MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

1 - Tratam-se os autos de *“ação pelo procedimento comum com pedido de concessão de tutela de urgência”* proposta por **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A (“RioCard TI”)** em face de **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**.

A inicial preenche os requisitos essenciais da inicial e não se trata de caso de improcedência liminar do pedido, tampouco hipótese que desautoriza autocomposição.

2 – Considerando que, diante dos interesse em disputa a autocomposição mostra-se inviável, DEIXO DE DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.

3 – Cite-se o Município Réu para ofertar Contestação no prazo legal, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).

4 – Com relação ao requerimento de concessão de tutela de urgência requerida, mister fazer breves apontamentos.

Consoante se depreende dos autos, a parte Autora pretende obter a concessão da tutela de urgência para determinar a suspensão dos efeitos da Cláusula 7.4.6, do Edital de Licitação nº 157/2023 do Município de Nova Friburgo, com sessão pública marcada para o dia 14 de setembro do corrente ano, com o objetivo primordial de autorizar a empresa **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A (“RioCard TI”)** a participar da indicada licitação.

Segundo narrado na exordial, a já citada cláusula 7.4.6 do instrumento convocatório prevê restrição indevida à participação da parte autora no indicado certame licitatório, uma vez que impede a participação de empresas integrantes de mesmo grupo econômico de operadora do sistema de transporte por ônibus.

Vejamos a indicada previsão do Edital Licitatório:

7.4 - Não poderá participar da presente licitação as empresas

que:

(...)

7.4.6 - Participem de sociedades empresárias operadoras do sistema de bilhetagem eletrônica e monitoramento de frota pertencentes a um grupo econômico, de fato ou de direito, assim entendidas aquelas que possuam, no todo ou em parte, identidade de sócios, dirigentes ou membros de conselho, bem como de empresas das quais estas ou seus sócios tenham participação societária ou sejam controladores que operem o sistema de transporte público (...).

Assim, convém registrar que, passo a apreciar diretamente o pedido de concessão de tutela de urgência, sem a prévia oitiva do ente público municipal, em decorrência do curto prazo para realização do procedimento licitatório (14/09/2023).

Em sede de cognição sumária, com fundamento no artigo 300 do Código de Processo Civil, impõe-se, neste momento processual, a concessão da tutela antecipada requerida, conforme passa-se a fundamentar.

Impõe-se consignar, em tal diáspão, que o artigo 300 do CPC dispõe que:

"A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou

risco ao resultado útil do processo.”

No que concerne ao requisito da probabilidade do direito, como cediço, o art. 9º da Lei Federal 8.666/93 proíbe a participação de algumas pessoas em casos específicos – autor do projeto (inc. I), empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo (inc. II), servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (inc. III).

Uma vez que este rol é taxativo, não se pode concluir que exista impedimentos além desses e, portanto, qualquer proibição na participação de empresa que tenha em seu quadro societário outra empresa não se justifica.

Com efeito, o Egrégio Tribunal de Contas da União, nos autos do Acórdão nº 010.468/2008-8, se manifestou no seguinte sentido:

“Hoje, diante do texto legal, tal como se encontra redigido há mais de vinte anos, uma mesma empresa não pode apresentar duas propostas, mas nada impede que empresas distintas, embora vinculadas a um mesmo grupo econômico, apresentem diferentes propostas.

À luz do quanto foi acima exposto, pode-se afirmar, com segurança, que a simples participação, nos mesmos

procedimentos licitatórios, de duas empresas cujas ações ou cotas pertencem ao mesmo grupo de pessoas, não configura violação ao sigilo da licitação nem fraude comprometedora da competitividade do certame.” (grifo nosso).

Não há na legislação vigente expressa vedação na participação de empresa com ações ou cotas pertencentes à outra empresa ou grupo em processos de licitação pública.

O que há nessa seara é a vedação da participação de empresas consorciadas (art. 33, Lei nº 8.666/93), que não se confundem com empresas de um mesmo grupo econômico.

No mesmo sentido é o entendimento pacífico nos tribunais pátrios, *in verbis*:

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO LICITANTES EMPRESAS DE UM MESMO GRUPO ECONÔMICO DESCLASSIFICAÇÃO ILEGALIDADE. 1. Inexiste vedação legal à participação de empresas de um mesmo grupo econômico em procedimento licitatório. Inadmissibilidade de interpretação ampliativa a normas legais restritivas de direitos dos administrados. 2. Não podem ser impedidas de participar individualmente em licitação empresas

pertencentes a um mesmo grupo econômico, presentes elementos comprobatórios de sua plena qualificação pessoal (personalidade jurídica, capacidade técnica e idoneidade financeira próprias), ausente prova de fraude ou conluio para frustrar o caráter competitivo do certame. Desclassificação considerada ilegal. Pedido procedente. Sentença mantida. Recurso desprovido". (TJ-SP - APL: 00224835020098260053 SP 0022483-50.2009.8.26.0053, Relator: Décio Notarangeli, Data de Julgamento: 13/08/2014, 9ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 13/08/2014)

Noutro giro, como sabido, não é lícito à Administração dar interpretação ampliativa a normas legais restritivas de direitos dos administrados. A Constituição Federal apenas permite exigências indispensáveis à garantia de cumprimento das obrigações (art. 37, XXI) e a legislação específica apenas autoriza a vedação de participação de empresas consorciadas, nada tratando acerca de empresas de um mesmo grupo econômico. Ademais, há proteção constitucional ao direito de propriedade, de livre associação, de livre concorrência e de liberdade de exercício de atividade econômica.

Nesse ponto, a respeito da extensão do conceito de probabilidade do direito invocado, para fins de concessão da tutela provisória, impende transcrever a abalizada lição do mestre Cândido Rangel Dinamarco, em sua obra *Instituições de Direito Processual Civil*, volume III, 2017, M alheiros Editores, página 857:

"A probabilidade de existência do direito à tutela, a que

tradicionalmente se atribui a denominação de fumus boni iuris, será resultante dos fatos narrados e dos documentos que os apoiam, em associação às razões jurídicas convergentes à existência do direito. Probabilidade é mais que mera possibilidade e menos que a certeza para decidir em caráter definitivo. Conceitua-se como a preponderância de elementos convergentes à aceitação de uma proposição, sobre os elementos divergentes.”

Com a presente medida, busca-se forrar a parte autora dos efeitos deletérios do denominado “*tempo-inimigo*” na célebre expressão cunhada pelo insigne mestre Cândido Rangel Dinamarco.

Quanto ao *periculum in mora*, este resulta evidente nos autos. Inútil será a prestação jurisdicional se a licitação efetivar-se sem a participação da autora, trazendo prejuízos a ambas as partes.

Neste sentido, se for acolhido, ao final, o pedido formulado pela parte autora com a consequente nulidade do processo licitatório, novo edital teria que ser lançado com eventual rompimento do contrato firmado com a empresa vencedora, gerando insegurança jurídica ao negócio, ao tempo em que impede o início da prestação do serviço.

Nesse ponto, há de se destacar que, atualmente (desde o ano de

2018), o serviço de transporte público vem sendo prestado através de liminar proferida nos autos do processo nº 0002891-43.2021.8.19.0037, sendo certo que, em recentes 06 de setembro de 2023, foi proferida nova decisão por esta Magistrada prorrogando o contrato vigente entre o Município de Nova Friburgo e a empresa Friburgo Auto Ônibus Ltda (FAOL) por mais 120 (cento e vinte) dias, com o intuito de possibilitar o término do procedimento licitatório necessário para o firmamento de novo contrato.

Nesse contexto, ainda que possível a reversibilidade fática com retorno das partes ao *status quo ante* - porquanto viável a declaração de nulidade do contrato que viesse a ser estabelecido com a empresa vencedora - deve o julgador agir com prudência sendo certo que, garantida a participação da autora, ainda que venha a ser vitoriosa no certame, se não for acolhido, ao final da instrução, o pedido, bastará a Administração Pública convocar o segundo colocado para celebração do contrato.

Noutro giro, sem adentrar na conveniência e oportunidade da atual administração pública municipal de Nova Friburgo ao incluir tal exigência no edital licitatório, certo é que permitir a participação da autora, que possui inegável expertise para prestação dos serviços licitados, no citado procedimento licitatório contribuirá para o alcance da melhor proposta, ampliando a competitividade e garantindo, dessa forma, a prevalência do interesse público.

Pelo exposto, a fim, mormente, de evitar perecimento de eventual direito da parte Autora, forte no disposto no artigo 300 do CPC, DEFIRO a tutela de urgência postulada na inicial para suspender, por ora, a cláusula 7.4.6, do Edital de Licitação nº 157/2023 do Município de Nova Friburgo, e, ainda, com isso, garantir à autora sua participação no certame. Fica valendo a presente decisão como ofício, sendo facultado à parte autora a adoção de medidas necessárias para garantir o seu cumprimento, por meio de sua apresentação ao setor respectivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

Sem prejuízo, DETERMINO ao Município demandado seja afixado no quadro de avisos, bem como publicado nos meios oficiais de publicação da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, a íntegra da presente Decisão, com o intuito de possibilitar a participação de demais empresas que se enquadram na hipótese dos autos.

P.R.I. Dê-se ciência da presente ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

NOVA FRIBURGO, 11 de setembro de 2023.

BEATRIZ TORRES DE OLIVEIRA
Juiz Substituto



Processo: 24.218/2023

Requerente: Friburgo Tecnologia da Inform. e Adm. de Cartões e Benef. Ltda.

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 157 de 2023 -

Processo Licitatório n. 5.561/2023

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos;

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela requerente em 11/09/2023 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 157 de 2023 - Processo Licitatório n. 5.561/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de iluminação pública, com veículos adaptados, com operador/motorista e eletricitas, para que a contratada realize os serviços de troca de lâmpadas em todo Parque de Iluminação Pública do Município de Nova Friburgo.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 12 de setembro de 2023, às 17:12h.

Em suma, a requerente alega em sua peça de impugnação, acostada às fls. 03/09, a existência de diversas irregularidades, a saber: **1)** vedação de participação no certame na forma do item 7.4 do edital n.º 157/2023; **2)** divergência no valor informado no preâmbulo e no item 12.7.1.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 39, acolheu a impugnação, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade, encaminhando o procedimento à Secretaria Municipal de Governo para pronunciamentos de ordem técnica, na forma do item 5.1.1 do edital.

A Secretaria Municipal de Governo, em despacho de fls. 40/48, procedeu com as análises iniciais, ofertando sua contribuição sobre o tema objeto das impugnações em comento. Ato contínuo, encaminhou os autos a esta Procuradoria-Geral para parecer jurídico sobre a legalidade dos pontos impugnados.

Imperioso trazer à baila que a impugnante, por meio de outra empresa do mesmo grupo econômico, socorreu-se do judiciário para a satisfação da sua pretensão, conforme observa-se nos documentos de fls. 49/58, tendo sido proferida decisão pelo juízo competente concedendo em sede de Tutela Antecipada Antecedente a suspensão, por ora, da cláusula 7.4.6 do Edital n.º



157/2023, garantindo dessa forma a participação da demandante, bem como, de outras empresas interessadas na mesma condição.

Destarte, inconformado com a r. decisão judicial, o MNF interpôs Agravo de Instrumento, devendo essa assessoria jurídica, *ad cautelum*, aguardar o deslinde para proferir sua manifestação jurídica.

É o relatório.

II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em **11.09.2023** é tempestiva, em conformidade com o item 6.5 do edital e art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019, tendo em vista que a realização do Pregão está agendada para **14.09.2023**.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Pois bem. Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria Municipal de Governo sua análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão

técnica referente ao objeto do certame.

Portanto, a presente manifestação se restringirá tão somente aos aspectos jurídicos impugnados, a seguir abordados.

II.1) Ilegalidade do disposto nos itens 7.4.6; 7.4.7 e 7.4.8 do Edital n.º 157/2023.

Afirma a impugnante que a redação dos itens cujo teor traz vedação à participação no processo licitatório, fere vertiginosamente o caráter competitivo no certame e afronta o art. 3º, §1º da Lei n.º 8.666/1993.

A Secretaria Municipal de Governo, em manifestação de fls. 40/48, afirma que a regra incerta no item 7.4.6 não conflita com o art. 9º da Lei n.º 8.666/1993, que tem por finalidade vedar a prática de conflito de interesse nas licitações públicas, colacionando Acórdãos do TCU, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, dos Tribunais de Justiça dos Estados e doutrinas administrativas sobre o tema.

Afirma, ainda, que resta evidente necessidade peremptória de afastar qualquer ato ilegal, sem sequer olvidar que a vedação não tem a pretensão de alijar do certame os interessados, contudo, pretende sim alijar os conflitos de interesses dos atos que posteriormente serão praticados pelas empresas que atuem no ramo de bilhetagem eletrônica e ao mesmo tempo tenham relação societária/comercial com as empresas operadoras do transporte e vice-versa, com arrimo nos princípios da eficiência, da moralidade e transparência.

Alega que a legítima pretensão do Município ao incluir a impugnada vedação no Edital já foi objeto de discussão no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro quando da realização da licitação de empresa de bilhetagem eletrônica na cidade do Rio de Janeiro, onde a impugnante era a empresa Riocard, que obteve liminar do M.M. Juízo da 10ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital (Processo n.º 0265827-34.2021.8.19.0001) suspendendo a tramitação do certame, cuja decisão foi revertida pela 13ª Câmara Cível do TJRJ ao analisar o Agravo de Instrumento apresentado pelo Município, que concedeu efeito suspensivo da liminar deferida.

Não obstante, informa que sobreveio decisão liminar para que o item 7.4.6 e subitens e subitens 7.4.7 e 7.4.8 sejam suspensos, anexando a decisão da 3ª Vara Cível da Comarca de Nova Friburgo em favor da Riocard Tecnologia da Informação S/A às fls. fls. 33/41.



Por fim, conclui que não há ilegalidade na vedação inserida nos itens 7.4.6 a 7.4.8, bem como que *“com fundamento nos princípios que norteiam a Administração Pública, refutar conflito de interesse entre aqueles que operam SBE e/ou o transporte público é fundamental para lisura da licitação e posteriormente a eficiência e a transparência da prestação de serviço do bilhetagem - Pregão 157/23 e a prestação de serviço de transporte público que será outorgada através de concessão”*.

Com efeito, questão de idêntico teor foi apreciada pela 13ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nos autos do Processo n. 0265827-34.2021.8.19.0001, em que o Município do Rio de Janeiro interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão que concedeu a tutela de urgência à empresa Riocard Tecnologia da Informação S.A. para afastar a proibição da cláusula 11.3.1 do Edital da Concorrência CO SMTR n.º 001/2021 e autorizar sua participação no referido processo licitatório.

Na r. decisão, o Relator concedeu o efeito suspensivo ao agravo, com os seguintes fundamentos:

Como se vê, não há qualquer limitação à instituição de vedações que objetivem impedir a participação de determinados entes que acarretariam a desigualdade entre os licitantes.

Note-se que o rol do art. 9º da Lei 8.666/93 não é exaustivo, tendo, inclusive, o Superior Tribunal de Justiça considerado o elastecimento de sua interpretação, quanto à regra do Inciso III. Confira-se:



ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. SERVIDOR INTEGRANTE DA ENTIDADE CONTRATANTE. PARTICIPAÇÃO NO CERTAME COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO. VEDAÇÃO LEGAL. CESSÃO. PROIBIÇÃO. MANUTENÇÃO. 1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2). 2. Segundo o art. 9º, III, da Lei n. 8.666/1993, não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários "servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pelo certame." 3. Tal vedação visa assegurar a garantia de tratamento isonômico entre os licitantes, permitindo-lhes participar da disputa em igualdade de condições. 4. Caso em que, a despeito de expressa vedação no edital, a Corte de origem assegurou a participação de empresa, ora recorrida, em licitação, da qual fora excluída por possuir em seu quadro de funcionários, como responsável técnica, servidora do Município responsável pela instauração do certame, haja vista achar-se cedida. 5. A cessão do servidor municipal para atuar em órgão federal não tem o condão afastar aquela regra proibitiva, pois a cessão conserva o vínculo do servidor com o órgão cedente, cuja natureza definitiva é mantida, havendo apenas o desdobramento da lotação e do exercício do servidor. 6. Em situação similar, este Tribunal já entendeu que "O fato de estar o servidor licenciado, à época do certame, não ilide a aplicação do referido preceito legal, eis que não deixa de ser funcionário o servidor em gozo de licença" (REsp 1607715/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 20/04/2017). 7. A Corte de Contas, tal como a doutrina especializada, tem feito uma interpretação sistemática e analógica do art. 9º, III e §§ 3º e 4º da Lei de Licitações para "elastecer a hipótese de vedação da participação indireta de servidor ou dirigente de órgão e entidade com o prestador de serviço". 8. A vinculação da servidora com Secretaria Municipal diversa daquela que deflagrou a disputa não esvazia o vínculo funcional apto a, em tese, restringir o caráter competitivo da disputa. 9. Recurso especial provido para restabelecer a sentença. (REsp 1629541/MA, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/05/2020, DJe 15/05/2020).

Ora, se é possível elastecer a hipótese do Inciso III do art. 9 da Lei 8666/93, para proibir a participação indireta de servidor ou dirigente de órgão e entidade com o prestador de serviço, obviamente garantindo a igualdade entre os licitantes e com isso restringindo o caráter competitivo da disputa, com a mesma razão afigura-se viável proibir a participação de empresas associadas e entidades ligadas ao setor de transporte, relativamente ao serviço de bilhetagem eletrônica, ante a evidente possibilidade de obtenção de informações privilegiadas, em prejuízo aos demais licitantes, como ocorreu.

Ora, ao vedar a participação de sociedades empresárias operadoras dos serviços urbanos de transporte coletivo e suas subsidiárias, além de confederações, federações, sindicatos e associações ligadas ao referido ramo (prestador de serviço de transporte), o Município não vedou apenas a participação da recorrida, mas de todas as empresas e entidades que se enquadrassem em referido conceito. Assim, não se verifica uma vedação em particular, mas abstrata, apontando a direção que a Administração pretende seguir a partir do referido Certame.

[...]

Portanto, a inexistência de previsão expressa no art. 9º da Lei 8666/93, quanto à vedação elencada no certame, não a torna ilegal.

Sequer vislumbra-se ofensa a princípios constitucionais, já que, ao estabelecer a vedação em testilha, a Municipalidade aponta, de maneira abstrata e sem atingir especificamente a esfera de interesse de uma ou outra empresa, a necessidade de se conferir maior transparência e eficiência ao serviço, em benefício dos usuários e do interesse público. Sendo os princípios ponderáveis, e não excludentes, conclui-se pela prevalência do interesse público no caso concreto. (grifos no original).



Nos mesmos autos, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro também interpôs agravo contra a decisão interlocutória prolatada pelo Juízo da 10ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital, em Ação de Obrigação de Fazer deflagrada por Riocard Tecnologia da Informação S/A em face do Município do Rio de Janeiro, trazendo argumentos sólidos a fim de afastar a participação da empresa:

“Mas onde está o conflito de interesses a ser afastado?”

A resposta é clara e salta aos olhos: as concessionárias que devem ser monitoradas através de dados extraídos do sistema de bilhetagem não podem ser as mesmas a gerenciá-lo. É, no dizer popular, “deixar a raposa tomar conta do galinheiro”.

Como já foi dito e redito, a FETRANSPO é composta pelas concessionárias que atuam no transporte municipal. Por sua vez, ela também é a principal controladora da Riopar, subsidiária controladora da agravada, empresa responsável pelo sistema de bilhetagem.

Conforme apontado acima, um dos objetivos primordiais da concessão do serviço de bilhetagem eletrônica consiste na instituição de mecanismos transparentes e eficientes para o monitoramento do serviço de transporte público coletivo, seja no que diz respeito ao serviço prestado (p.ex., volume da frota de ônibus em operação) quanto à arrecadação tarifária (p.ex., quantidade de passageiros embarcados em cada linha). As informações colhidas através do sistema de bilhetagem eletrônica constituem fatores determinantes para a revisão das tarifas cobradas pelas operadoras de transporte, que tem sido inviabilizada em razão da ausência de transparência e confiabilidade das informações prestadas pela FETRANSPO (a denominada “caixa-preta”).

O conflito de interesses se coloca, portanto, em cenários nos quais os incentivos econômicos da concessionária de um serviço estejam desalinhados com os interesses do Poder Concedente, ou seja: quanto o inadimplemento dos deveres assumidos pelo concessionário puder lhe ser economicamente mais vantajoso do que o fiel cumprimento das obrigações assumidas perante o Poder Concedente.

Especificamente no caso em tela, conceder a uma empresa controlada pelos próprios operadores do sistema de transporte a função de monitorar os serviços prestados e a arrecadação auferida por esses mesmos operadores gera um incentivo econômico para a ocultação ou manipulação de informações que sejam potencialmente desvantajosas para as empresas de ônibus (p.ex., que permitissem a revisão tarifária em termos mais favoráveis para os usuários). Fulminar-se-ia, assim, um dos objetivos primordiais da licitação de bilhetagem eletrônica, no que diz respeito aos ganhos de transparência e confiabilidade no monitoramento e fiscalização do serviço de transporte público.

Dado que o princípio da isonomia consiste em “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades”, nos termos do art. 5º da Constituição Federal, resta claro que as empresas cujos controladores pudessem obter vantagens econômicas ocultando ou manipulando informações relevantes para o Município se encontram em situação inteiramente distinta das empresas que não possuem os mesmos incentivos perversos (ou seja, que não se encontram em situação de conflito de interesses), a justificar o seu tratamento diferenciado no edital de licitação, em conformidade com o art. 37, XXI da Constituição Federal e ao art. 3º da Lei n. 8666/93.

Como se vê, não seria a cláusula editalícia impugnada que atenta contra os princípios da isonomia, legalidade, moralidade, eficiência e competitividade do certame, previstos no art. 37 da Constituição Federal, mas sim a manutenção do atual status quo, em que o Poder Concedente se encontra à mercê das próprias operadoras de transporte, e privado de mecanismos para aferir a veracidade das informações que lhe são repassadas. (grifos no original).



De fato, como muito bem elucidado pelo *Parquet*, conceder a uma empresa controlada pelos próprios operadores do sistema de transporte a função de monitorar os serviços prestados e a arrecadação auferida por esses mesmos operadores gera um incentivo econômico para a ocultação ou manipulação de informações que sejam potencialmente desvantajosas para as empresas de ônibus

Portanto, no entender desta pasta jurídica, não assiste razão à impugnante, devendo ser mantido o Edital em seus termos originais.

Alerte-se, todavia, que deve ser observada a decisão exarada pela 3ª Vara Cível da Comarca de Nova Friburgo em favor da Riocard Tecnologia da Informação S/A, que concedeu a tutela de urgência para suspender o item 7.4.6 e subitens 7.4.7 e 7.4.8 e permitir a sua participação no Pregão Eletrônico n.º 157/2023, anexada às fls. fls. 33/41.

Embora o Município tenha interposto agravo de instrumento, tal decisão deve ser observada até que sobrevenha decisão diversa.

II.2) Divergência no valor informado no preâmbulo e no item 12.7.1.

A impugnante alega inconsistência dos valores expressos no preâmbulo, R\$ 15.083.125,60 (quinze milhões, oitenta e três mil, cento e vinte e cinco reais e sessenta centavos) em contrassenso ao exposto no item 12.7.1, R\$ 14.963.502,72 (quatorze milhões, novecentos e sessenta e três mil, quinhentos e dois reais e setenta e dois centavos), conforme verifica-se à fl. 08.

Em resposta, a Secretaria Municipal de Governo à fl. 48 elucidou a divergência apontando erro material, ressaltando, ainda, o afastamento de quaisquer embaraço quanto à obviedade do valor atribuído ao certame, vez que o anexo I traz Planilha Orçamentária suficiente para sanar à impugnação suscitada.

Pois bem. Vejamos o teor do art. 21 §4º da Lei n. 8.666/93:



§ 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Por sua vez, a jurisprudência assim colaciona:

“Erro material é o reconhecido primu ictu oculi, consistente em equívocos materiais sem conteúdo decisório propriamente dito, como a troca de uma legislação por outra, a consideração de data inexistente no processo ou uma inexatidão numérica; e não, aquele que decorre de juízo de valor ou de aplicação de uma norma jurídica sobre o(s) fato(s) do processo” (REsp 1.021.841/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 7.10.2008, DJe 4.11.2008)

Vale ressaltar que o erro material é aquele de fácil constatação, perceptível à primeira vista, a olhos nus. Não carece de maior exame para detectar que há um flagrante desacordo entre a vontade e o que de fato foi expressado no documento.


Frise-se, que muito embora se constate a divergência, ora impugnada, no bojo do próprio edital é possível sanear a questão, tendo em vista que no anexo I onde consta a Planilha Orçamentária é o ato do edital que vincula os interessados em participar do pregão, subsidiando o preenchimento da proposta comercial que será apresentada pelos participantes interessados.

III - CONCLUSÃO

Em face do exposto, tendo em vista todos os itens impugnados foram devidamente respondidos pela Secretaria Municipal de Governo, conforme manifestação de fls. 40/48, e considerando a decisão interlocutória exarada pela 3ª Vara Cível da Comarca de Nova Friburgo em favor da Riocard Tecnologia da Informação S/A, que concedeu a tutela de urgência para suspender os itens 7.4.6 a 7.4.8 e permitir a sua participação no Pregão Eletrônico n.º 157/2023, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Governo para ciência e providências cabíveis.**

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

Nova Friburgo, 13 de setembro de 2023.


Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matricula 63347